

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhões de reais, exceto pelos valores de lucro por ação)

	Notas	2020	2019
Receita operacional, líquida	3	6.833	6.773
Custos dos serviços		(5.506)	(5.502)
Custos com energia elétrica	4	(4.238)	(4.240)
Custos de construção	6	(676)	(649)
Custos de operação	5	(592)	(613)
Lucro bruto		1.327	1.271
Perdas de créditos esperadas	10	(136)	(94)
Despesas com vendas	6	(45)	(23)
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	6	(196)	(226)
Lucro operacional		950	928
Resultado financeiro	7		
Receitas financeiras		119	121
Despesas financeiras		(272)	(319)
Outros resultados financeiros, líquidos		30	(35)
		(123)	(233)
Lucro antes dos tributos		827	695
Tributos sobre o lucro	8	(235)	(200)
Corrente		(176)	(114)
Diferido		(59)	(86)
Lucro líquido do exercício		592	495
Lucro básico e diluído por ação - R\$	19.2		
Ordinária		2,90	2,43
Preferencial		3,19	2,67

As notas explicativas selecionadas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Elektro Redes S.A.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO ABRANGENTE
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhões de reais)



	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Lucro líquido do exercício	592	495
Outros resultados abrangentes		
Itens que não serão reclassificados para o resultado:		
Obrigações com benefícios à empregados	(185)	-
Tributos diferidos sobre resultados abrangentes	63	-
Total dos itens que não serão reclassificados para o resultado	(122)	-
Itens que serão reclassificados para o resultado:		
Hedge de fluxo de caixa	17	22
Transferências de resultados realizados para o lucro líquido	1	1
Tributos diferidos sobre resultados abrangentes	(6)	(4)
Total dos itens que serão reclassificados para o exercício	12	19
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido dos tributos	(110)	19
Resultado abrangente do exercício	<u>482</u>	<u>514</u>

As notas explicativas selecionadas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhões de reais)

	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	592	495
Ajustado por:		
Depreciação e amortização	238	220
Baixa de ativos não circulantes	39	36
Tributos sobre o lucro	235	200
Resultado financeiro, líquido	123	233
Valor de reposição estimado da concessão	(108)	(231)
Alterações no capital de giro:		
Contas a receber de clientes e outros	(33)	(36)
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros	104	118
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar, líquidos	(5)	5
Ativos e passivos financeiros setoriais, líquidos (Parcela A e outros)	203	374
Outros tributos a recuperar (recolher) e encargos setoriais, líquidos	61	(140)
Provisões, líquidas dos depósitos judiciais	(15)	22
Outros ativos e passivos, líquidos	(33)	(80)
Caixa líquido proveniente das operações	1.401	1.216
Encargos de dívidas pagos (nota 15.2 (c))	(146)	(191)
Instrumentos derivativos recebidos (pagos), líquidos (nota 15.3)	25	(30)
Rendimento de aplicação financeira	18	33
Juros pagos - Arrendamentos	(3)	(3)
Tributos sobre o lucro pagos (nota 8)	(194)	(124)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	1.101	901
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Concessão serviço público (ativo contratual)	(683)	(667)
Aplicação de títulos e valores mobiliários	(10)	(8)
Resgate de títulos e valores mobiliários	12	6
Caixa consumido nas atividades de investimentos	(681)	(669)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos e financiamentos (nota 15.2 (c))	260	389
Pagamento dos custos de captação	(3)	(3)
Pagamento de principal dos empréstimos e financiamentos (nota 15.2 (c))	(533)	(794)
Obrigações especiais	29	23
Pagamento de principal - Arrendamentos	(8)	(9)
Instrumentos derivativos recebidos, líquidos (nota 15.3)	190	47
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos (nota 19.2 (b))	(57)	(180)
Caixa consumido nas atividades de financiamentos	(122)	(527)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa no exercício	298	(295)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	614	909
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	912	614
Transações que não envolveram caixa:		
Encargos financeiros capitalizados ao imobilizado e intangível	9	21
Arrendamentos capitalizados	9	35
Adição e atualização de provisões capitalizadas	2	5
Adições de obrigações especiais - incorporados por meio de doações de bens	17	38
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros (investimentos)	10	-

As notas explicativas selecionadas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Elektro Redes S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhões de reais)



	<u>Notas</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	9	912	614
Contas a receber de clientes e outros	10	1.797	1.679
Títulos e valores mobiliários		8	11
Instrumentos financeiros derivativos	15.3	214	75
Tributos sobre o lucro a recuperar	8.1.3	59	28
Outros tributos a recuperar	8.3.1	51	48
Ativo financeiro setorial (Parcela A e outros)	11	-	36
Outros ativos circulantes		115	69
Total do circulante		3.156	2.560
Não circulante			
Contas a receber de clientes e outros	10	32	23
Instrumentos financeiros derivativos	15.3	616	319
Outros tributos a recuperar	8.3.1	70	85
Tributos sobre o lucro diferidos	8.1.2	337	339
Depósitos judiciais	16	87	90
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	12.1	2.773	2.250
Concessão do serviço público (ativo contratual)	12.2	560	627
Outros ativos não circulantes		43	43
Direito de uso		23	23
Intangível	13	1.581	1.523
Total do não circulante		6.122	5.322
Total do ativo		9.278	7.882

As notas explicativas selecionadas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Elektro Redes S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhões de reais)



	<u>Notas</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Passivo			
Circulante			
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros	14	888	773
Empréstimos e financiamentos	15	1.331	478
Passivo de arrendamento		8	9
Instrumentos financeiros derivativos	15.3	1	3
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar	18	91	76
Outros tributos e encargos setoriais a recolher	8.3.2	341	235
Passivo financeiro setorial (Parcela A e outros)	11	96	-
Dividendos e juros sobre capital próprio	19.2	148	57
Provisões	16	30	-
Outros passivos circulantes	17	120	63
Total do circulante		3.054	1.694
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	15	2.669	3.170
Passivo de arrendamento		17	16
Instrumentos financeiros derivativos	15.3	1	-
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar	18	165	-
Outros tributos e encargos setoriais a recolher	8.3.2	101	108
Passivo financeiro setorial (Parcela A e outros)	11	116	47
Provisões	16	161	174
Outros passivos não circulantes	17	12	6
Total do não circulante		3.242	3.521
Patrimônio líquido	18	2.982	2.667
Total do passivo e do patrimônio líquido		9.278	7.882

As notas explicativas selecionadas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Elektro Redes S.A.**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhões de reais)



	Reservas de lucro					Lucros acumulados	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Total
	Capital social	Reserva de capital	Outros resultados abrangentes	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros			
Saldo em 31 de dezembro de 2018	952	766	(12)	171	417	-	-	2.294
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	495	-	495
Outros resultados abrangentes	-	-	19	-	-	2	-	21
Destinações:								
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	354	(354)	-	-
Juros Sobre Capital Próprio (nota 19.2 (b))	-	-	-	-	-	(143)	-	(143)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	952	766	7	171	771	-	-	2.667
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	592	-	592
Outros resultados abrangentes	-	-	(110)	-	-	-	-	(110)
Destinações:								
Dividendos mínimos obrigatórios (nota 19.2(b))	-	-	-	-	-	(37)	-	(37)
Juros sobre Capital Próprio (nota 19.2(b))	-	-	-	-	-	(130)	-	(130)
Dividendos adicionais propostos (nota 19.2(b))	-	-	-	-	-	(425)	425	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	952	766	(103)	171	771	-	425	2.982

As notas explicativas selecionadas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhões de reais)

	2020	2019
Receitas		
Vendas de energia, serviços e outros	10.158	10.392
Perdas de créditos esperadas	(136)	(94)
	10.022	10.298
Insumos adquiridos de terceiros		
Energia elétrica comprada para revenda	(3.338)	(3.647)
Encargos de uso da rede básica de transmissão	(1.299)	(1.026)
Materiais, serviços de terceiros e outros	(938)	(938)
	(5.575)	(5.611)
Valor adicionado bruto	4.447	4.687
Depreciação e amortização	(238)	(220)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	4.209	4.467
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	1.748	997
	1.748	997
Valor adicionado total a distribuir	5.957	5.464
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remunerações e administradores (incluindo férias e 13º salário)	234	242
Encargos sociais (exceto INSS)	17	23
Benefícios	150	139
Outros	(121)	(104)
	280	300
Impostos, taxas e contribuições		
INSS (sobre folha de pagamento)	46	46
ICMS	1.453	1.558
PIS/COFINS sobre faturamento	492	479
Tributos sobre o lucro	235	200
Obrigações intrassetoriais	987	1.156
Outros	6	5
	3.219	3.444
Financiamentos		
Juros, variações cambiais e alugueis	1.866	1.225
	1.866	1.225
Remuneração de capitais próprios		
Dividendos e Juros sobre capital próprio	167	143
Proposta de distribuição de dividendos adicionais	425	-
Reversão avaliação atuarial - Plano de pensão	-	(2)
Reserva de retenção de lucro	-	354
	592	495
Valor adicionado distribuído	5.957	5.464

As notas explicativas selecionadas são parte integrante das demonstrações financeiras.



1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Elektro Redes S.A. (“Elektro Redes” ou “Companhia”), concessionária de serviço público de energia elétrica com sede em Campinas - São Paulo - Brasil, é sociedade anônima de capital aberto, listada na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e controlada pela Neoenergia S.A. (“NEOENERGIA”). Suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e compreendem projetar, construir e explorar os sistemas de subtransmissão, transformação, distribuição e comercialização de energia, e atividades associadas ao serviço de energia elétrica, podendo ainda realizar operações de exportação e importação.

A Companhia detém a concessão para distribuição de energia elétrica em 228 municípios, dos quais 223 estão localizados no estado de São Paulo, e os outros 5 no estado de Mato Grosso do Sul, abrangendo uma área de concessão de 121 mil km², a qual é regulada pelo contrato de concessão nº 187/98, com vencimento em 2028.

Adicionalmente a Companhia vem atendendo consumidores livres no estado de São Paulo e Mato grosso do Sul, desde 2002.

1.1 Coronavírus (“COVID-19”)

a) Contexto geral

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou o surto do Coronavírus (COVID-19) como uma pandemia. No Brasil, assim como em outros países do mundo, foram anunciadas medidas de estímulo à economia, ao crédito e à garantia de estabilidade do setor elétrico nacional.

b) Impacto nas demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020, considerando o estágio atual da disseminação do surto da COVID-19, é possível identificar os impactos da pandemia de forma mais assertiva. O desempenho da Companhia foi principalmente afetado nas seguintes rubricas:

- (i) Faturamento de energia em função da redução da demanda de energia elétrica nos mercados livre e regulado; e
- (ii) O incremento das Perdas de Créditos Esperadas (PCE) é decorrente do aumento do Contas a Receber vencido, tendo em vista a proibição das ações de corte de energia no período compreendido entre 25 de março e 31 de julho de 2020 para classe residencial e serviços essenciais. Essa proibição permaneceu até 31 de dezembro 2020 para a subclasse baixa renda e unidades consumidoras com equipamentos de *home care*.

Os impactos da COVID-19 estão baseados nas melhores estimativas da Administração. Esses eventos afetaram o resultado dos negócios em 2020, porém, entendemos que há gradualmente um retorno ao normal. Está sendo discutido a metodologia para avaliação e critérios de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro provocado pela pandemia, esperando que não afete significativamente a recuperabilidade dos investimentos nos negócios no longo prazo. Os efeitos da COVID-19 devem ser analisados como itens não recorrentes.



As receitas de distribuição de energia estão atreladas principalmente ao fornecimento de energia elétrica e à disponibilização das redes de distribuição. O efeito COVID-19 gerou um impacto negativo no resultado como segue:

	2020
Retração da demanda de mercado	(24)
Perdas de créditos esperada	(44)
Lucro operacional	(68)
Tributos sobre o lucro	23
Efeito líquido	(45)

c) Medidas para resiliência operacional e financeira

Diante do cenário descrito anteriormente, diversas medidas de auxílio econômico e financeiro foram introduzidas pelos três níveis de administração da Federação Brasileira, com o objetivo de auxiliar as empresas na mitigação dos efeitos da pandemia, com destaque para as medidas relevantes, que foram adotadas pela Companhia:

- (i) Postergação do recolhimento de tributos relativos às competências de abril e maio de 2020, tais como PIS e COFINS (R\$ 111) e FGTS (R\$ 3), resultando em um alívio temporal no fluxo de caixa de R\$ 114. A Companhia liquidou integralmente os passivos tributários gerados por essas medidas durante o 2º semestre de 2020;
- (ii) Adesão à suspensão temporária do pagamento de juros e amortizações de empréstimos que ocorreriam até dezembro, contratados junto ao BNDES (*stand still*), proporcionou um caixa adicional líquido de aproximadamente R\$ 51 (base nominal) no exercício de 2020;
- (iii) Liberação do Fundo de Reserva da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) para que os agentes de distribuição e consumidores livres possam manter suas obrigações junto ao setor elétrico, correspondendo R\$ 49 para a Companhia, recebido em abril de 2020;
- (iv) A publicação da Medida Provisória nº 950/2020, que determina o desconto de 100% na fatura de consumo de energia elétrica inferior ou igual a 220 KWh/mês no período compreendido entre 1º de abril a 30 de junho de 2020 e prorrogada até 05 de agosto de 2020, permitiu que a Companhia seja ressarcida integralmente por este desconto pela Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e evitando a inadimplência deste segmento de consumo; e
- (v) Adesão à CONTA-COVID: A Resolução ANEEL nº 885, de 23 de junho de 2020 dispõe sobre a CONTA-COVID, critérios e procedimentos para a gestão dos recursos, estabelecendo limites de captação por distribuidora, fundamentados na perda de arrecadação e mercado de cada agente de distribuição. A regra detalha ainda os itens de custo que podem ser cobertos pela conta e o fluxo operacional dos repasses.

No período de julho a dezembro de 2020 a Companhia recebeu o montante total de R\$ 614, os quais foram utilizados para efetuar a baixa contábil do ativo financeiro setorial, em igual valor ao repasse dos recursos financeiros recebidos da CCEE (nota 11).

Além das medidas acima indicadas, a Companhia analisará cuidadosamente qualquer nova diretriz de políticas governamentais em resposta à pandemia que vise fornecer alívio financeiro aos contribuintes.



A Companhia entende que tais diretrizes deverão respeitar, em qualquer circunstância, o direito ao equilíbrio econômico-financeiro da Concessão, em conformidade com o arcabouço legal, as cláusulas contidas nos respectivos contratos firmados com o Poder Concedente e com as diretrizes divulgadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Em adição às medidas governamentais introduzidas para mitigar efeitos da pandemia, a Companhia tomou ainda as seguintes medidas para minimizar os impactos econômicos e financeiros:

- (i) Postergação do pagamento de remuneração aos acionistas (dividendos e/ou JCP) referente ao exercício de 2020 para 2021 (mínimo estatutário) e 2022 (excedente ao mínimo estatutário);
- (ii) Antecipação de captação de recursos junto a instituições financeiras, no montante de R\$ 260 e contratação de nova linha de fomento no montante de R\$ 687;
- (iii) Adoção de medidas para minimizar o incremento do contas a receber vencido, que poderiam resultar em expressivo aumento do valor de perdas de créditos esperadas, dentre as quais destacamos:
 - a. Implementação de novos canais de arrecadação, tais como o Portal de Negociações plugado ao site da Companhia, permitindo aos clientes negociar as suas dívidas sem sair de casa;
 - b. Flexibilização das condições de negociação (redução no percentual de entrada, aumento de parcelas e isenção dos juros de financiamento) oferecidas aos clientes por tempo limitado (até 30 de setembro de 2020);
 - c. Pagamento e parcelamento das faturas de consumo de energia para os clientes da Companhia através do cartão de crédito (em até 12x), sem risco de inadimplência para a Companhia;
 - d. Intensificação das ações digitais de cobrança (SMS/URA, *e-mail* e *whatsapp*), direcionando os nossos clientes para o Portal de Negociações;
 - e. Pioneirismo no lançamento de nova modalidade de pagamento através do Cartão Virtual Caixa (Benefício Emergencial); e
 - f. Campanha de mídia (TV e rádio) em parceria com a Flexpag com oferta de bônus de R\$ 35,00 (*cashback*) para os primeiros clientes que pagarem as suas contas em atraso, através do cartão de crédito, sem custo para a Companhia.

- (iv) Medidas para reduzir a sobrecontratação:

O art 9º do Decreto nº 10.350/20 prevê a redução de carga decorrente da pandemia da COVID-19 como involuntária, o que já foi regulamentado pela REN 885/2020, incluindo tal critério no rol de regras de involuntariedade.

Durante o ano de 2020 a Companhia está utilizando dos mecanismos existentes de gestão de seu portfólio de compra de energia, envidando o máximo esforço para adequação de seu nível de contratação dentro dos limites regulatórios. Entretanto em função do aumento da sobrecontratação de forma



generalizada devido à redução de mercado decorrente da COVID-19, tais mecanismos têm tido baixa efetividade.

d) Medidas adotadas pela Companhia para auxílio à sociedade

A Companhia adotou diversas medidas para contribuir com os esforços governamentais para mitigar os efeitos da pandemia na sociedade. Dentre essas medidas, destacam-se as seguintes:

- (i) Vistoria técnica das instalações elétricas de hospitais, empresas de saneamento e presídios, além das principais indústrias das nossas áreas de concessão;
- (ii) Fornecimento de equipamentos de refrigeração e iluminação para hospitais de campanha;
- (iii) Doação de aparelhos respiratórios e máscaras;
- (iv) De forma geral, a Companhia empenhou e, segue empenhando, esforços para se adaptar à nova realidade causada pela pandemia da COVID-19, e atender às normas da Organização Mundial da Saúde e autoridades sanitárias, com a implementação dos protocolos sanitários necessários para as características de sua atividade e do trabalho desenvolvido pelos empregados e prestadores de serviços para evitar o contágio no local de trabalho, os quais contemplam realização de controle sanitário com utilização de tapetes sanitizantes e medição da temperatura corporal dos colaboradores, antes que esses adentrem às instalações da Companhia, cumprimento de todos os Decretos/Leis emitidos pelos Municípios, Estados e União, incluindo uso obrigatório de máscara, realização de testes em todos os colaboradores que retornem às atividades nos escritórios, adequação da infraestrutura dos edifícios, implementação de questionário (autodeclaração) eletrônico aos empregados, por meio do qual eles podem declarar se apresentam qualquer sintoma, priorização do afastamento do trabalho presencial dos empregados que integram grupo de risco, daqueles com sintomas ou infectados e daqueles que utilizam transporte público. Adicionalmente, foi estabelecido plano de ação e medidas para a retomada presencial das atividades, com mapeamento de todos os setores e as respectivas condições de trabalho. Houve ainda divulgação intensa aos empregados sobre os sintomas e cuidados com a COVID-19; e
- (v) Doação ao Instituto Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) em conjunto com outras empresas do setor elétrico de recursos para elaboração de testes rápidos de detecção da COVID-19.

1.2 Gestão de riscos financeiros e operacionais

A Política de Riscos Financeiros se aplica a todos os negócios e atividades da Companhia que geram exposição a riscos financeiros, incluindo diretrizes e limites específicos para gerenciamento de risco cambial, risco de taxas de juros e índices de preços, assim como a utilização de instrumentos derivativos para proteção. A Política de Risco Operacional em Transações de Mercado estabelece o controle e gestão dos riscos nas transações de longo e curto prazo de gestão de energia e tesouraria.



1.2.1 Gestão de riscos financeiros

Considerações gerais e políticas internas

A Política de Gestão de Risco da Companhia foi aprovada pelo Conselho de Administração e define os princípios, diretrizes e estrutura para gestão de riscos da Companhia, incluindo, mas não se limitando, a gestão dos riscos operacionais e financeiros, com destaque para os riscos de mercado e crédito, além de diretrizes sobre a utilização de derivativos, cuja utilização para fins especulativos é expressamente proibida.

Este sistema de gerenciamento de riscos está aderente ao modelo do atual acionista controlador e sua política global de riscos.

A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado da Companhia é composta pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva Colegiada, Diretoria Financeira, Superintendência de Gestão de Risco, Comitê de Auditoria, além das estruturas de Auditoria Interna e de Controles Internos.

A Superintendência de Riscos define as estratégias de mitigação de riscos de mercado envolvendo outras exposições e derivativos, enquanto a Superintendência Corporativa Financeira é responsável pela execução das operações que envolvam derivativos. A independência entre as áreas garante um controle efetivo sobre estas operações.

A aprovação de operações envolvendo derivativos é realizada por alçada competente conforme Política de Limites e Alçadas e Estatuto da Companhia.

As principais diretrizes em relação a estratégias de *hedge*, são:

- Todo instrumento de dívida denominado ou indexado à moeda estrangeira deverá ser protegido e convertido para Reais por meio de operações de *hedge*;
- O risco de câmbio deverá ser controlado e mitigado para todos os projetos de investimento, independentemente do valor;
- Instrumentos não-dívida com desembolsos sujeitos a exposição cambial deverão ser avaliados e, se considerado necessário, deverão ser realizadas operações de *hedge* para mitigar o risco cambial;
- Avaliar o risco das dívidas em moeda local e, se considerado necessário, contratar operações de *hedge* para mitigar o risco de taxa de juros, de acordo com o perfil desejado das dívidas pré-fixadas e flutuantes, considerando tanto a indexação natural à índices de preços nas receitas e custos quanto à composição de índices de juros que remuneram carteira de aplicações;
- Não é permitida a contratação de derivativos para fins especulativos. Sua utilização é dedicada exclusivamente para fins de *hedge*; e
- Não é permitida a contratação de derivativos 'exóticos' nem 'alavancados'.

A Administração entende que está adequada e alinhada às melhores práticas de mercado quanto a estrutura operacional e de controles internos para garantir o cumprimento das diretrizes da Política de Riscos Financeiros e Política de Risco de Crédito.



1.2.1.1 Gestão de risco de mercado

Risco cambial

A Companhia, visando assegurar que oscilações nas taxas de câmbio não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possuía em 31 de dezembro de 2020, operações de *hedge* cambial, para a totalidade de suas dívidas em moeda estrangeira e para seus principais desembolsos e investimentos previstos em moeda estrangeira. As estratégias de *hedge* cambial estão descritas na nota 21.7.

Risco de taxas de juros

Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas por flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida que impactem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos ou os rendimentos das aplicações financeiras. Desta forma, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas. As estratégias de *hedge* de taxas de juros são descritas na nota 21.7.

Risco de inflação

A elevação das taxas de inflação e eventuais políticas anti-inflacionárias adotadas pelo Governo Federal podem acarretar na elevação das despesas financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos indexados a índices de preços. A Companhia busca manter o equilíbrio entre os ativos e passivos indexados a índices de preços de alta correlação, buscando mitigar eventuais riscos decorrentes da inflação. As estratégias de *hedge* de índices de inflação são descritas na nota 21.7.

1.2.1.2 Gestão de risco de liquidez

O risco de liquidez é associado à possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, não concentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros e o *hedge* das dívidas em moeda estrangeira. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes. Havendo sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes, com o objetivo de preservar e rentabilizar a liquidez da Companhia, de forma que as aplicações sejam alocadas preferencialmente em fundos exclusivos e tenham como diretriz alocar os recursos em ativos de liquidez diária.

A Companhia gerencia o risco de liquidez também mantendo adequadas reservas de recursos e linhas de créditos aprovadas com algumas das principais instituições financeiras do país (nota 15.2.c). Adicionalmente, a Companhia acompanha mensalmente, por meio de índices de liquidez, a capacidade de geração de caixa da empresa para honrar com os compromissos assumidos dentro de um período de 12 (doze) meses.

Em 31 de dezembro 2020, a Companhia mantinha recursos aplicados em caixa e equivalentes de caixa e títulos de valores mobiliários, em montante adequado à cobertura dos seus ciclos operacionais e financeiros. Os fluxos das obrigações da Companhia, por faixa de vencimento, estão sendo apresentados



em suas respectivas notas explicativas. Em destaque para as informações de empréstimos e financiamentos e respectivos instrumentos derivativos (nota 15).

1.2.1.3 Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes de seus contratos.

Risco de crédito de contrapartes comerciais

Oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais no negócio de distribuição. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor elétrico.

Risco de crédito de instituições financeiras

Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e derivativos, a Companhia segue as disposições da sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras que possuam boa qualidade de crédito. É realizado o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus *ratings* de longo prazo publicados pelas agências de *rating*. O quadro a seguir apresenta os *ratings* de longo prazo em escala nacional publicados pelas agências *Moody's*, *S&P* ou *Fitch* para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia mantinha operações em aberto em 31 de dezembro de 2020.

<u>Ratings de longo prazo em escala nacional ⁽¹⁾</u>	<u>Moody's</u>	<u>S&P</u>	<u>Fitch</u>
Banco do Brasil			AA
BNP Paribas		AAA	
Bradesco	Aa1	AAA	AAA
Caixa Econômica Federal	Aa1	AAA	AA
Citibank		AAA	AAA
Goldman Sachs			AAA
Itaú	A1	AAA	AAA
Santander	Aaa	AAA	
Morgan Stanley	Aa1	AAA	AA
BNDES		AAA	
MUFG		AAA	
Votorantim	Aa3	AAA	
Sumitomo		AAA	
Safra	Aa1	AAA	

⁽¹⁾ Bank of America e Scotiabank possuem *ratings* apenas em escala global.



1.2.2 Seguros

A Companhia mantém coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são julgadas suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia estão demonstradas a seguir:

Riscos	Período da vigência	Importância segurada (R\$)
Terrorismo	31/05/2020 a 31/05/2021	585
Responsabilidade Civil Ambiental	31/05/2020 a 31/05/2021	36
Responsabilidade Civil Geral - Operações	31/05/2020 a 31/05/2021	44
Veículos - Executivo	31/05/2020 a 31/05/2021	100% FIPE
Risco Operacional - Subestações e Usinas	31/05/2020 a 31/05/2021	1.661
Responsabilidade Civil - Drones	16/06/2020 a 16/06/2021	1
Veículos - Operacional	31/05/2020 a 31/05/2021	1

Os seguros da Companhia são contratados conforme às respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza.

2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras da Companhia (“demonstrações financeiras”) foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”), emitidas pelo IASB e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo; e (ii) perdas pela redução ao valor recuperável (“*impairment*”) de ativos.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 08 de fevereiro de 2021.



2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o real brasileiro (R\$), que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação. As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhões de R\$, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação em ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira; são convertidos para moeda funcional, utilizando a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos no resultado financeiro.

2.3. Políticas contábeis e estimativas críticas

As políticas contábeis e estimativas críticas aplicadas à estas demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas, quando relevantes. As políticas contábeis são consistentes em todos os exercícios apresentados, exceto pela implementação das novas normas, interpretação e orientações relacionadas na nota 2.5(a).

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados.

As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentadas nas seguintes notas:

Nota	Estimativas e julgamentos significativos
3.1	Receita de fornecimento de energia não faturada
8.1	Tributos sobre o lucro diferidos
10.2	Perdas de créditos esperadas
11	Ativos e passivos financeiros setoriais
12	Concessão do serviço público (ativo financeiro e ativo contratual)
13	Intangível (vinculado à concessão)
16.1	Provisão para processos judiciais
18.1	Obrigações com benefícios de aposentadoria
22.1	Estimativa de valor justo de ativos financeiros

2.5. Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* ('IASB') e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ('CPC') são os seguintes:

a) Alterações em pronunciamentos contábeis em vigor

Norma	Descrição da alteração	Data de vigência
IFRS 3 / CPC 15: Combinação de Negócios.	Estabelece novos requerimentos para determinar se uma transação deve ser reconhecida como uma aquisição de negócio ou como uma aquisição de ativos.	01/01/2020
IFRS 9 / CPC 48: Instrumentos Financeiros; IFRS 7 / CPC 40: Instrumentos Financeiros - Evidenciação e IAS 39 / CPC 38: Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração.	Inclusão de exceções temporárias aos requerimentos atuais da contabilidade de <i>hedge</i> para neutralizar os efeitos das incertezas causadas pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR).	01/01/2020
IAS 1 / CPC 26: Apresentação das Demonstrações Contábeis e IAS 8 / CPC 23: Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erros.	Altera a definição de "material", estabelecendo que uma informação é material se a sua omissão, distorção ou obscuridade puder influenciar razoavelmente a tomada de decisão dos usuários das demonstrações contábeis.	01/01/2020
IFRS 16 / CPC 06 (R2): Arrendamentos.	Requerimentos com o objetivo de facilitar para os arrendatários a contabilização de eventuais concessões obtidas nos contratos em decorrência da COVID-19, tais como perdão, suspensão ou mesmo reduções temporárias de pagamentos.	01/01/2020

b) Normativos emitidos pelo IASB e ainda não homologados pelo CPC

Norma	Descrição da alteração	Data de vigência
IFRS 9 / CPC 48; IAS 39 / CPC 08; IFRS 7 / CPC 40; IFRS 4 / CPC 11; e IFRS 16 / CPC 06 (R2).	Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR).	01/01/2021
IAS 37 / CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato).	01/01/2022
IAS 16 / CPC 27: Ativo Imobilizado.	Permitir o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo.	01/01/2022

As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor em 01 de janeiro de 2020 não produziram impactos relevantes nas demonstrações contábeis. Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2020	2019
Fornecimento de energia (nota 3.1)	4.818	5.599
Disponibilidade da rede elétrica (nota 3.2)	4.004	3.644
Construção de infraestrutura da concessão	676	649
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	31	330
Mecanismo de Venda Excedente - MVE	25	175
Valor de reposição estimado da concessão ⁽¹⁾	108	231
Efeitos de ativos e passivos financeiros setoriais (nota 3.3)	418	(302)
Outras receitas	78	66
Receita operacional bruta	10.158	10.392
(-) Deduções da receita bruta (nota 3.4)	(3.325)	(3.619)
Receita operacional líquida	6.833	6.773

⁽¹⁾ Atualização do ativo financeiro decorrente da parcela indenizável da concessão e efeito da Base de Remuneração Regulatória ("BRR") em 2019.

A receita de fornecimento de energia elétrica apresentou redução em decorrência dos impactos da pandemia da COVID-19, refletindo as medidas de prevenção e de distanciamento social, fatores que pressionaram o consumo de energia (nota 1.1. b (i)).

Reajuste Tarifário Anual - IRT 2020

Em 2020, a ANEEL homologou (Resolução nº 2.762) o resultado do Reajuste Tarifário Anual da Companhia. O reajuste para os consumidores de alta e baixa tensão foi de 6,00% e 5,02%, respectivamente. Como resultado o reajuste médio na tarifa foi de 5,36%, sendo aplicado a partir de 27 de agosto de 2020.

3.1. Fornecimento de energia elétrica

	GWh		R\$	
	2020	2019	2020	2019
Residencial	5.099	4.773	3.538	3.640
Comercial	2.074	2.272	1.482	1.754
Industrial	1.219	1.480	784	1.036
Rural	1.115	1.080	511	519
Poder público	279	350	178	256
Iluminação pública	529	536	210	238
Serviços públicos	554	564	357	345
Consumo próprio	8	7	-	-
Fornecimento não faturado	-	-	66	(23)
Transferência - Disponibilidade da rede elétrica	-	-	(2.827)	(2.650)
Subvenção à tarifa social	-	-	519	484
Total	10.877	11.062	4.818	5.599



O incremento da receita de subvenção à tarifa social está impactado pela aplicação da medida provisória destinada ao setor elétrico em razão da pandemia da COVID-19, conforme MP 950/2020 (nota 1.1. c (iv)).

3.2. Disponibilidade da rede elétrica

A receita com Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição ("TUSD") refere-se basicamente à venda de energia para consumidores livres e cativos com a cobrança de tarifa pelo uso da rede de distribuição.

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Consumidor livre	1.177	994
Consumidor cativo ⁽¹⁾	2.827	2.650
Total	<u>4.004</u>	<u>3.644</u>

(1) Receitas referentes à disponibilidade da infraestrutura da rede elétrica, calculadas com base na TUSD por classe de consumo, conforme resolução ANEEL de reajuste tarifário.

3.3. Efeitos de ativos e passivos financeiros setoriais

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
CVA e neutralidade		
Energia (i)	135	(634)
Encargos de Serviços do Sistema - ESS (ii)	61	115
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE (iii)	67	31
TUST (iv)	67	(35)
Neutralidade dos encargos setoriais	13	(16)
PROINFA	(28)	5
	315	(534)
Componentes financeiros e subsídios		
Repasso de sobrecontratação (v)	171	113
Risco hidrológico	(41)	59
Ultrapassagem de demanda/excedente reativo	(23)	15
Ressarcimento P&D	-	31
Compensação ref. acordos bilaterais de CCEAR	(8)	61
Outros	4	(47)
	103	232
Total	<u>418</u>	<u>(302)</u>

(i) Energia: Amortização dos saldos homologados nos processos de reajuste tarifário e da redução da constituição, resultante das diferenças entre os custos incorridos em relação à cobertura tarifária ANEEL, com destaque para os eventos financeiros de contabilização da CCEE.

(ii) Encargos de Serviços do Sistema - ESS: Aumento da constituição, resultante das diferenças entre os custos incorridos em relação à cobertura tarifária ANEEL, e da amortização dos saldos homologados nos processos de reajuste tarifário.

(iii) Conta de Desenvolvimento Energético - CDE: Redução da constituição, resultante das diferenças



entre os custos incorridos em relação à cobertura tarifária ANEEL, e da amortização dos saldos homologados nos processos de reajuste tarifário.

- (iv) TUST - Rede Básica: Redução da constituição, em função da REH nº 2.725/2020, que estabeleceu as Receitas Anuais Permitidas - RAP das transmissoras, com vigência a partir de 1º de julho de 2020 da amortização dos saldos homologados nos processos de reajuste tarifário.
- (v) Repasso de sobrecontratação: A Companhia apurou o ajuste financeiro de sobrecontratação, sendo reconhecido o valor a maior entre os períodos, decorrente do aumento da constituição destinada a anular os efeitos sobre o resultado obtido com a compra e venda do excedente de energia no mercado de curto prazo até o limite regulatório e da amortização dos saldos homologados entre os processos de reajuste tarifário. A variação mais significativa decorre do resultado de sobras de 5,03% acima do requisito, tendo sido considerado além dos montantes até o limite dos 5%, o direito à involuntariedade em parte dos montantes que superaram os 5%, conforme previsto na REN nº 453/2011. Do total do custo de R\$ 8 relativo às sobras acima dos 5%; R\$ 1 foi registrado como involuntariedade decorrente da migração dos clientes para o ambiente livre, remanescendo R\$ 7 registrado como passivo da exposição financeira ao mercado de curto prazo.

3.4. Deduções da receita bruta

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Tributos		
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	(1.453)	(1.558)
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(884)	(904)
Imposto Sobre Serviços - ISS	(1)	(1)
	<u>(2.338)</u>	<u>(2.463)</u>
Encargos setoriais		
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE ⁽¹⁾	(874)	(1.028)
Programa de Eficiência Energética - PEE	(31)	(28)
Encargos do consumidor - PROINFA e CCRBT	(46)	(65)
Outros encargos	(36)	(35)
	<u>(987)</u>	<u>(1.156)</u>
Total	<u>(3.325)</u>	<u>(3.619)</u>

⁽¹⁾ A redução dos custos de encargos CDE é consequência da liquidação das quotas ACR e Energia, em agosto/2019 e fevereiro/2019, respectivamente.

3.5. Política contábil e julgamentos críticos

a) Política contábil

A receita é reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e podem ser mensuradas de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber por cada obrigação de desempenho, considerando quaisquer as estimativas de contraprestações variáveis, tais como restituições, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.



A receita de fornecimento de energia elétrica é mensurada de acordo com o calendário de leitura estabelecido, considerando a quantidade de energia utilizada pelo cliente e a tarifa de energia vigente. A Companhia poderá vender o excedente de energia contratada no Ambiente de Contratação Livre ('ACL'), onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes.

A receita de construção de infraestrutura da concessão é reconhecida ao longo do tempo, de acordo com a satisfação das respectivas obrigações de desempenho estabelecidos entre o cliente e a Companhia, considerando o atendimento de um dos seguintes critérios estabelecidos pela norma: (i) o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados; (ii) a obrigação de desempenho cria ou melhora o ativo que o cliente controla à medida que o ativo é criado ou melhorado; (iii) a obrigação de desempenho não cria um ativo com um uso alternativo para a entidade e a Companhia possui direito executável ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente.

Considerando que o modelo regulatório vigente não prevê remuneração específica para a construção ou melhoria da infraestrutura da concessão, que as construções e melhorias são substancialmente executadas por meio de serviços especializados de terceiros, e que toda receita de construção está relacionada à construção de infraestrutura, a Administração da Companhia decidiu registrar a receita de contratos de construção com margem de lucro zero.

A receita de operações de venda de energia na CCEE e de transações no mercado de curto prazo estão reconhecidos pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que as transações ocorrem. O preço da energia nessas operações tem como característica o vínculo com o Preço de Liquidação de Diferenças ('PLD')

b) Estimativas e julgamento crítico

A receita de fornecimento de energia não faturada corresponde à energia elétrica entregue e não faturada ao consumidor, e é calculada em base estimada, até a data do balanço. Essa estimativa de receita não faturada é calculada utilizando como base o volume total de energia disponibilizada no mês, a energia injetada e o índice anualizado de perdas técnicas e comerciais.

A receita de construção de infraestrutura da concessão, considerando o modelo regulatório vigente, que não prevê remuneração específica para a construção ou melhoria da infraestrutura da concessão, a Administração da Companhia estima que as premissas de margem dessas obrigações de desempenho é 0% (zero por cento). A Companhia reavalia estas premissas com suporte de seus consultores internos e externos, no mínimo uma vez por ano, no tocante às expectativas de recebimentos da obrigação de desempenho de construção e melhoria da infraestrutura.

Para a receita de venda de energia na CCEE, a Companhia utiliza-se da medição prévia da Usina extraída do sistema de coleta de dados de energia da CCEE, prévia da perda interna com base no histórico e perda da rede básica, contratos de compra e venda definidos no curto prazo além daqueles vigentes à época, valor do PLD (realizado e previsto) divulgado pela CCEE e prévia do GSF de acordo com as informações disponibilizadas pelo ONS.

4. CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA

	GWh		R\$	
	2020	2019	2020	2019
Compra para revenda				
Energia adquirida no Ambiente de Contratação Regulado - ACR (i)	6.669	6.727	(1.165)	(1.759)
Custos Variáveis do Mercado de Curto Prazo - MCP	-	-	(336)	(247)
Energia curto prazo - PLD ⁽¹⁾ e MRE ⁽²⁾	109	265	(258)	(342)
Contratos por cotas de garantia física	3.260	3.246	(357)	(333)
Energia adquirida contrato bilateral	-	178	-	(41)
Cotas das Usinas Angra I e Angra II	529	526	(151)	(121)
Energia Itaipu	2.833	2.801	(992)	(708)
Outros	261	264	(79)	(96)
Subtotal	13.661	14.007	(3.338)	(3.647)
Créditos de PIS e COFINS			281	338
Total da compra para revenda de energia	13.661	14.007	(3.057)	(3.309)
Encargos de uso dos sistemas				
Encargos de rede básica (ii)			(1.013)	(833)
Encargos de conexão			(80)	(76)
Encargos de Serviços do Sistema - ESS			(76)	6
Outros encargos			(130)	(123)
Subtotal			(1.299)	(1.026)
Créditos de PIS e COFINS			118	95
Total dos encargos de uso dos sistemas			(1.181)	(931)
Total			(4.238)	(4.240)

⁽¹⁾ PLD - Preço de Liquidação de Diferenças

⁽²⁾ MRE - Mecanismo de Realocação de Energia

- (i) Redução de geração térmica e volume de energia contratada;
- (ii) O acréscimo dos encargos de rede básica é decorrente do reajuste das tarifas de uso, conforme definido em REH 2.726/2020, de 14 de julho de 2020; e
- (iii) Aumento da geração de usinas térmicas com vistas a garantir a segurança do suprimento energético nacional, em virtude da determinação do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) junto ao ONS.

5. CUSTO DE CONSTRUÇÃO

	2020	2019
Pessoal	(135)	(128)
Material	(333)	(302)
Serviços de terceiros	(139)	(121)
Juros sobre obras em andamento	(10)	(9)
Obrigações especiais	46	22
Outros	(105)	(111)
Total	(676)	(649)



6. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS

	2020			
	Custos de operação	Despesas com vendas	Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	Total
Pessoal (nota 6.1) ⁽¹⁾	(245)	(10)	(64)	(319)
Administradores	-	-	(7)	(7)
Serviços de terceiros	(57)	(15)	(65)	(137)
Depreciação e amortização	(226)	-	(12)	(238)
Provisão para processos judiciais	2	-	(25)	(23)
Impostos, taxas e contribuições	-	-	(5)	(5)
Outras receitas e despesas, líquidas (nota 6.2)	(66)	(20)	(18)	(104)
Total	(592)	(45)	(196)	(833)

	2019			
	Custos de operação	Despesas com vendas	Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	Total
Pessoal (nota 6.1) ⁽¹⁾	(259)	(5)	(76)	(340)
Administradores	-	-	(6)	(6)
Serviços de terceiros	(85)	-	(69)	(154)
Depreciação e amortização	(220)	-	-	(220)
Provisão para processos judiciais	(4)	-	(70)	(74)
Impostos, taxas e contribuições	(1)	-	(3)	(4)
Outras receitas e despesas, líquidas (nota 6.2)	(44)	(18)	(2)	(64)
Total	(613)	(23)	(226)	(862)

⁽¹⁾ Inclui benefícios pós-emprego e outros benefícios.

6.1 Custo e despesa de pessoal

	2020	2019
Remunerações	(184)	(190)
Encargos sociais	(62)	(69)
Auxílio alimentação	(44)	(45)
Convênio assistencial, benefício pós-emprego e outros benefícios	(12)	(25)
Férias e 13º salário	(44)	(46)
Plano de saúde	(54)	(39)
Participação nos resultados	(39)	(30)
(-) Transferências para ordens	131	121
Outros	(11)	(17)
Total	(319)	(340)

6.2 Outras (despesas)/receitas operacionais

	2020	2019
Seguros	(3)	(1)
Multa contratual	54	57
Perdas / alienação / desativação	(58)	(48)
Material	(43)	(37)
Arrendamento e alugueis	-	(3)
Outros	(54)	(32)
Total	(104)	(64)

7. RESULTADO FINANCEIRO

	2020	2019
Receita financeira		
Renda de aplicações financeiras	18	33
(-) Tributos sobre receita financeira	(7)	(8)
Juros e encargos de contas a receber de clientes e outros títulos	94	70
Atualização de depósitos judiciais	2	2
Atualização do ativo financeiro setorial	2	11
Outras receitas financeiras	10	13
	119	121
Despesa financeira		
Encargos brutos sobre instrumentos de dívida (i)	(168)	(196)
Atualização de provisões para processos judiciais	(34)	(46)
Outras despesas financeiras (ii)	(70)	(77)
	(272)	(319)
Outros resultados financeiros, líquidos		
Perdas com variações cambiais e marcação a mercado - dívida – (nota 15.2.c) (iii)	(1.113)	(488)
Ganhos com variações cambiais e marcação a mercado - Dívida – (nota 15.2.c)	509	389
Perdas com instrumentos financeiros derivativos – (nota 15.3.b)	(478)	(415)
Ganhos com instrumentos financeiros derivativos – (nota 15.3.b) (iii)	1.113	479
Perdas com variações cambiais e monetárias	(1)	-
	30	(35)
Resultado financeiro, líquido	(123)	(233)

- (i) Inclui a parcela variável dos juros relacionada à indexadores de preço sobre dívida em moeda nacional (IPCA, IGP-M e outros) e amortização de custos de captação;
- (ii) Refere-se principalmente, à amortização da cobrança de *fee* pelos avais dados pela Neoenergia em garantia de operações financeiras das empresas do Grupo. A cobrança incide sobre o saldo devedor da dívida que possui como garantia um aval da Neoenergia; e
- (iii) Aumento do euro e do dólar, gerando um aumento de variação cambial dos empréstimos e financiamentos e da ponta ativa dos derivativos e redução da taxa CDI, impactando a ponta passiva dos derivativos.



8. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO, OUTROS TRIBUTOS E ENCARGOS SETORIAIS

8.1 Tributos sobre o lucro

Os tributos sobre o lucro correntes e diferidos são representados pelo Imposto de Renda ("IRPJ") e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), e são calculados com base na alíquota de 34% sobre o lucro antes dos impostos (IRPJ - 25% e CSLL - 9%).

8.1.1 Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado

A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos reconhecidos estão apresentados a seguir:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	827	695
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34%	(281)	(236)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro:		
Benefício tributário sobre os juros sobre o capital próprio	44	49
Incentivos fiscais (nota 8.1.4 (a))	3	2
Outras adições (reversões) permanentes	(1)	(15)
Tributos sobre o lucro	(235)	(200)
Alíquota efetiva	<u>28%</u>	<u>29%</u>
Corrente	(176)	(114)
Diferido	(59)	(86)

8.1.2 Tributos diferidos ativos e passivos

O reconhecimento do tributo diferido é reconhecido com base nos prejuízos fiscais e diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Mais-valia e Provisão para Manutenção da Integridade do Patrimônio Líquido (PMIPL)	358	406
Diferenças Temporárias:		
Obrigações com benefícios pós-emprego	57	-
Provisão para processos judiciais	58	50
Perdas estimadas de créditos - contas a receber	57	47
PLR	2	2
Valor justo de instrumentos financeiros	(204)	(167)
Outros	9	1
Total ativo não circulante	<u>337</u>	<u>339</u>



As variações dos tributos diferidos são as seguintes:

	<u>Ativo</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	339
Efeitos reconhecidos no resultado	(59)
Efeitos reconhecidos nos outros resultados abrangentes	57
Saldo em 31 de dezembro de 2020	337
Saldo em 31 de dezembro de 2018	429
Efeitos reconhecidos no resultado	(86)
Efeitos reconhecidos nos outros resultados abrangentes	(4)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	339

A Administração considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros, ambos baseados nas projeções fundamentadas no planejamento estratégico. Em 31 de dezembro de 2020, a expectativa de realização dos ativos e passivos fiscais diferidos líquidos, reconhecidos é de R\$ 339 em 2021.

8.1.3 Tributos correntes ativos e passivos

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
IRPJ	50	24
CSLL	9	4
Total ativo circulante	59	28

Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

A Companhia possui o montante de R\$ 292 (R\$ 279 em 31 de dezembro de 2019), referente a tratamentos fiscais adotados e que estão suscetíveis aos questionamentos das autoridades tributárias, cujo prognóstico da Companhia, suportada pelos assessores jurídicos, é que tais tratamentos fiscais adotados sejam acolhidos pelas autoridades nas esferas administrativas e/ou judiciais, quando necessário. A principal natureza está relacionada, como segue:

- (i) Não adição da despesa de amortização do ágio nas bases de cálculo do IRPJ e CSLL, estimados em R\$ 257 (R\$ 244 em 31 de dezembro de 2019).

8.1.4 Política contábil e julgamentos críticos

a) Política contábil

Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido.

Os tributos sobre o lucro são calculados com base em alíquotas brasileiras, e o seu reconhecimento é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, e nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais



e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável.

Os tributos diferidos ativos reconhecidos nas demonstrações financeiras baseiam-se em estudos técnicos, preparados pela Administração, que suportam a expectativa de lucros tributáveis futuros. Esses estudos levam em consideração a análise dos resultados futuros, fundamentada por projeções econômico-financeiras, elaboradas com base em premissas internas e em cenários econômicos, comerciais e tributários que podem sofrer alterações no futuro. Os tributos diferidos passivos são imediatamente reconhecidos nas demonstrações financeiras.

b) Estimativas e julgamentos críticos

Julgamentos, estimativas e premissas significativas são requeridas para determinar o valor dos impostos diferidos ativos que são reconhecidos com base no tempo e nos lucros tributáveis futuros. Os tributos diferidos ativos são reconhecidos considerando premissas e fluxos de caixa projetados e podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de produção e vendas de energia, preços de energia, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) cenários macroeconômicos; e (iii) comerciais e tributários.

A Companhia também aplica julgamento contábil crítico na identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus consultores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis à legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza, de tal modo que podem surgir disputas com as autoridades fiscais em razão da interpretação das leis e regulamentos aplicáveis.

8.2 Benefício fiscal - Mais-valia e PMIPL

O benefício fiscal da Mais-valia incorporada refere-se ao crédito fiscal calculado sobre a Mais-valia de aquisição de empresa incorporada. Com o objetivo de evitar que a amortização da Mais-valia afete de forma negativa o fluxo de dividendos aos acionistas, foi constituída a PMIPL, cujos saldos são como segue:

Mais-valia - incorporado	2.028
Provisão constituída	(1.338)
Benefício fiscal	690
Amortização acumulada	(284)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	406
Amortização	(48)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	358

A amortização da Mais-valia, líquida da reversão da provisão e do crédito fiscal correspondente, resulta em efeito nulo no resultado do exercício e, conseqüentemente, na base de cálculo dos dividendos



mínimos obrigatórios. A Mais-valia está sendo amortizada mensalmente pelo período remanescente de exploração da concessão/autorização, conforme curvas abaixo:

2021	2022	2023	2024	2025	Entre 2026 e 2030
1,5372	1,5003	1,2751	1,0109	0,9785	2,3895

8.3 Outros tributos

8.3.1 Outros tributos a recuperar

	2020	2019
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	121	131
Outros	-	2
Total	121	133
Circulante	51	48
Não circulante	70	85

8.3.2 Outros tributos e encargos setoriais a recolher

	2020	2019
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	166	145
Programa de Integração Social - PIS	8	6
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	35	29
Impostos e contribuições retidos na fonte	23	14
Outros	-	2
Outros tributos a recolher	232	196
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	61	60
Programa de Eficiência Energética - PEE	77	78
Outros	72	9
Encargos setoriais	210	147
Total	442	343
Circulante	341	235
Não circulante	101	108

9. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa são operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

	2020	2019
Caixa e depósitos bancários à vista	32	55
Certificados de Depósito Bancário ("CDB")	332	150
Fundos de investimentos	548	409
Total	912	614

NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

A carteira de instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras em 31 de dezembro de 2020 é de 99% do CDI.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os fundos de investimentos são substancialmente compostos por aplicações em Letras Financeiras do Tesouro e operações compromissadas com lastros em títulos públicos. Estes instrumentos possuem alta liquidez no mercado secundário e estão sujeitos a um baixo risco de mudança de valor.

10. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

	2020			2019		
	Recebível	Perdas de créditos esperadas (nota 10.2)	Contas a receber, líquidos	Recebível	Perdas de créditos esperadas (nota 10.2)	Contas a receber, líquidos
Fornecimento de energia (nota 10.1)	1.375	(132)	1.243	1.256	(135)	1.121
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	26	-	26	50	-	50
Disponibilidade da rede elétrica	445	-	445	412	-	412
Subvenções e subsídios governamentais	84	-	84	89	-	89
Outros créditos	36	(5)	31	33	(3)	30
Total	1.966	(137)	1.829	1.840	(138)	1.702
Circulante			1.797			1.679
Não circulante			32			23

10.1 Fornecimento de energia

A composição do contas a receber de fornecimento de energia, por classe de consumidor, está demonstrado como segue:

	2020		2019	
	Recebível	Perdas de créditos esperadas	Recebível	Perdas de créditos esperadas
Residencial	369	(47)	364	(65)
Comercial	113	(22)	128	(21)
Industrial	196	(45)	192	(43)
Rural	44	(5)	43	(5)
Poder público	42	(3)	47	(1)
Iluminação pública	22	-	24	-
Serviços públicos	50	(7)	47	-
Não faturado	539	(3)	411	-
Total	1.375	(132)	1.256	(135)



O *aging* do contas a receber de fornecimento de energia elétrica está apresentado como segue:

	2020		2019	
	Recebível	Perdas de créditos esperadas	Recebível	Perdas de créditos esperadas
A vencer	990	(25)	873	(15)
Saldos vencidos:	385	(107)	383	(120)
90 dias	225	(20)	195	(18)
Entre 91 e 180 dias	37	(25)	51	(23)
Entre 181 e 360 dias	67	(47)	71	(47)
Acima de 361 dias	56	(15)	66	(32)
Total	1.375	(132)	1.256	(135)

Como podemos observar no quadro acima, o contas a receber vencido foi impactado pelos efeitos decorrentes da pandemia da COVID-19. No exercício de 2020, os saldos vencidos aumentaram em R\$ 139 (R\$ 2 líquido da baixa efetiva dos recebíveis incobráveis). Os reflexos desse aumento são reconhecidos na perda de crédito esperada demonstrada abaixo.

10.2 Variação das Perdas de Créditos Esperadas - PCE

	2020	2019
Saldo inicial do exercício	(138)	(107)
Efeito reconhecido no resultado do exercício	(136)	(116)
Baixa efetiva dos recebíveis incobráveis	137	85
Saldo final do exercício	(137)	(138)

Em 31 de dezembro de 2020, as provisões para Perdas de Créditos Esperadas (PCE) totalizaram R\$ 136 (R\$ 116 em 31 de dezembro de 2019), refletindo principalmente os impactos da COVID-19 de R\$ 44.

10.3 Política contábil e julgamentos críticos

a) Política contábil

O contas a receber são ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (nota 21.1) e são reconhecidos quando o recebimento do valor da contraprestação é incondicional, deduzidos das perdas de créditos esperadas.

A Companhia reconhece perdas de créditos esperadas para contas a receber de clientes em montante considerado suficiente pela Administração, baseado em estimativas e julgamentos críticos.

b) Estimativas e julgamentos críticos

A Companhia mensura as perdas de créditos esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de provisões baseada na experiência de perda de crédito histórica não ajustada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou ajustada com



base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras para cada linha de negócio operado pela Companhia.

A Companhia utiliza a abordagem de mensuração através de uma matriz de provisão que considera o histórico de inadimplência dos últimos 5 anos. São considerados os históricos de forma segregada em faturamento regular, parcelamentos e faturas de fraude, por classe de consumo (residencial, industrial, comercial, rural, poder público, iluminação pública e serviço público). Além disso, há uma análise individual dos processos judiciais com avaliação da probabilidade de perda e respectiva provisão esperada. Acima de 12 meses a matriz considera perda integral.

Para os grandes consumidores há uma análise individualizada, que avalia as perdas com base nas negociações e respectiva situação financeira.

11. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS (PARCELA A E OUTROS)

As tarifas que as concessionárias são autorizadas a cobrar de seus consumidores são revistas pela ANEEL: (i) anualmente na data de aniversário do contrato de concessão, para efeito de reajuste tarifário; e (ii) a cada quatro anos, em média, para efeito de recomposição da Parcela B (custos gerenciáveis) e ajuste da Parcela A (custos não gerenciáveis) de determinados componentes tarifários. Esse mecanismo de definição de tarifa pode originar diferença temporal que decorre da diferença entre os custos orçados e incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa.

Essas diferenças constituem direitos ou obrigações, em observância ao princípio do equilíbrio econômico e financeiro estabelecido pelo contrato de concessão e permissão. A composição dos ativos e passivos setoriais, que nas demonstrações financeiras estão apresentados pelo valor líquido no ativo ou passivo em conformidade aos reajustes tarifários homologados ou a serem homologados, encontra-se demonstrada a seguir:



	2020			2019		
	Direi- tos	Obri- gações	Efeito líquido	Direi- tos	Obri- gações	Efeito líquido
CVA e neutralidade						
Energia	347	(80)	267	567	-	567
Encargos de Serviços do Sistema - ESS	75	-	75	-	(161)	(161)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	2	(16)	(14)	35	(6)	29
TUST	56	(16)	40	79	-	79
Neutralidade dos encargos setoriais	-	(49)	(49)	-	(27)	(27)
Outros	5	-	5	21	-	21
Componentes financeiros e subsídios						
Repasso de sobrecontratação	-	(70)	(70)	-	(134)	(134)
Risco hidrológico	-	(237)	(237)	-	(191)	(191)
Ultrapassagem de demanda/ excedente reativo	-	(223)	(223)	-	(198)	(198)
Compensação ref. acordos bilaterais de CCEAR	31	-	31	40	-	40
Crédito consumidor reversão para modicidade	-	(6)	(6)	-	-	-
Outros	6	(37)	(31)	1	(37)	(36)
Total	522	(734)	(212)	743	(754)	(11)
Valores homologados pela ANEEL	82	(428)	(346)	510	(529)	(19)
Valores a serem homologados pela ANEEL	440	(306)	134	233	(225)	8
Total	522	(734)	(212)	743	(754)	(11)
Ativo circulante			-			36
Passivo circulante			(96)			-
Passivo não circulante			(116)			(47)
			Direitos	Obrigações		Efeito líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2018			1.137	(785)		352
Constituição			571	(328)		243
Amortização (Índice de Reposicionamento Tarifário)			(1.049)	504		(545)
Atualização monetária			55	(44)		11
Transferências			29	(101)		(72)
Saldo em 31 de dezembro de 2019			743	(754)		(11)
Constituição			1.436	(1.089)		347
Amortização (Índice de Reposicionamento Tarifário)			(867)	938		71
Atualização monetária			18	(16)		2
Antecipação conta COVID (i)			(808)	194		(614)
Transferências			-	(7)		(7)
Saldo em 31 de dezembro de 2020			522	(734)		(212)

- (i) No exercício de 2020, a Companhia recebeu o montante de R\$ 614 captados pela CCEE e repassados pela Conta COVID às distribuidoras de energia elétrica, nas contas correntes vinculadas ao repasse de modicidade tarifária da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, referente aos ativos regulatórios declarados no Termo de Aceitação e contabilizados nos termos da Resolução Normativa nº 885, de 23 de junho de 2020. Os montantes recebidos foram contabilizados como antecipação de valores de ativos regulatórios, visando a cobertura total ou parcial dos efeitos financeiros da sobrecontratação de energia, do saldo em constituição da CVA e da neutralidade dos encargos setoriais.



Em agosto de 2020, a ANEEL publicou o Despacho nº 2.508, que estabeleceu os valores de exposições a serem tratadas como involuntárias, no âmbito da compra de energia das distribuidoras, relativas ao biênio 2016/2017. Tempestivamente, a Companhia interpôs recurso administrativo quanto a esses valores, contestando os critérios adotados no seu cálculo, que foram aplicados sem previsão normativa expressa. Até a presente data, não houve decisão por parte da agência sobre o mérito da questão.

A Companhia considera que a parcela abaixo do limite regulatório, equivalente à subcontratação involuntária, no montante de R\$ 14, será homologada no reajuste tarifário subsequente, não possuindo nenhuma expectativa de perdas em relação a realização desses valores.

11.1 Política contábil e julgamentos críticos

a) Política contábil

Os ativos e passivos financeiros setoriais são mensurados ao custo amortizado (nota 21.1). Os ativos financeiros contemplam desde o seu reconhecimento inicial a expectativas de riscos de inadimplência e estimativas de glosa pelo Poder Concedente.

b) Estimativas e julgamentos críticos

O valor presente dos direitos e obrigações serão efetivamente liquidados por ocasião do próximo período tarifário ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados e/ou repassados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção, por qualquer motivo, da concessão.

A Companhia, em conjunto com os assessores econômicos e regulatórios, revisa no final de cada exercício, as premissas e expectativas de homologação pelo Poder Concedente.

12. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

A concessão da Companhia não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. A concessão tem prazo de vigência de 30 anos e o contrato de concessão prevê a possibilidade de prorrogação da vigência, a critério exclusivo do Poder Concedente, mediante requerimento da concessionária. Em caso de extinção da concessão pelo advento do término do prazo contratual ou outra das hipóteses contratualmente previstas, operar-se-á a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados à infraestrutura vinculada à prestação do serviço, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante de indenização devida à Companhia, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

12.1 Ativo Financeiro

O valor dos ativos vinculados à infraestrutura e que não serão amortizados até o término do contrato de concessão é classificado como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente.

O valor reconhecido do ativo financeiro e as alterações no valor justo, são revisados mensalmente baseados nas premissas inerentes à este direito contratual (nota 21.6 (i)). Esses ativos apresentaram as



seguintes movimentações:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Saldo inicial do exercício	2.250	1.683
Baixas	(14)	(12)
Reversão	1	3
Transferência - ativo contratual ⁽¹⁾	428	345
Ajustes a valor justo	108	231
Saldo final do exercício	<u>2.773</u>	<u>2.250</u>

⁽¹⁾ Transferência do ativo contratual, classificado como ativo de contrato durante o período de construção.

A revisão tarifária ocorre a cada quatro anos na Companhia, tendo ocorrido a última em 2019.

12.2 Ativo Contratual

Os ativos vinculados à infraestrutura da concessão, cujo direito à contraprestação está condicionado à satisfação de obrigação de desempenho, são classificados como Ativos de Contrato e estão reconhecidos no ativo não circulante.

Esses ativos apresentaram a seguinte movimentação no exercício:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Saldo inicial do exercício	627	557
Adições ⁽¹⁾	674	657
Transferências - intangíveis em serviço ⁽¹⁾	(313)	(242)
Transferências - ativos financeiros ⁽¹⁾	(428)	(345)
Saldo final do exercício	<u>560</u>	<u>627</u>
Custo	609	671
Obrigações especiais	(49)	(44)

⁽¹⁾ Durante a fase de construção, os ativos vinculados à infraestrutura de concessão de distribuição são registrados como ativos de contrato e mensurados pelo custo de aquisição acrescido dos custos dos empréstimos para financiamento da referida construção, incorridos no mesmo exercício. Após a conclusão da obra, esses ativos são bifurcados entre ativo financeiro e intangível.

12.3 Política contábil

Os contratos de concessão de serviços públicos de energia elétrica celebrados com a União (Poder Concedente - Outorgante) regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição pela Companhia e estabelecem que:

De acordo com os contratos de concessão:

- (i) Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao Poder Concedente mediante pagamento de uma indenização.



- (ii) O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

Com base nas características estabelecidas nos contratos de concessão, a Administração de forma a refletir o negócio de distribuição de energia elétrica, abrangendo:

- (i) Investimentos do contrato de concessão em construção ou melhoria da infraestrutura são classificados como ativo de contrato. Os ativos de contrato são bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível, após a entrada em operação do investimento, ou do término da melhoria da infraestrutura.
- (ii) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente.
- (iii) Parcela do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível (nota 13) em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores.

13. INTANGÍVEL

As variações do intangível, por natureza, estão demonstradas como segue:

	<u>Concessão</u>
Taxa de amortização a.a.	3,96%
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.523
Baixas	(25)
Amortização	(230)
Transferências - Ativo contratual ⁽¹⁾	313
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.581
Custo	3.573
Amortização acumulada	(1.779)
Obrigações especiais	(213)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.512
Baixas	(24)
Amortização	(209)
Transferências - Ativo contratual ⁽¹⁾	242
Transferências - outros	2
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.523
Custo	3.319
Amortização acumulada	(1.570)
Obrigações especiais	(226)

⁽¹⁾ Referem-se a direitos contratuais classificados como ativo contratual até a conclusão da obrigação de desempenho estabelecida no contrato de concessão.



13.1 Política contábil

Os ativos intangíveis estão demonstrados pelos custos de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*), quando aplicável. Os bens e instalações vinculados ao direito de uso da concessão de serviços públicos possuem taxa de amortização que representam sua vida útil-econômica, limitada ao prazo de vencimento da concessão.

14. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A EMPREITEIROS

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Energia elétrica	655	498
Encargos de uso da rede	132	60
Materiais e serviços	101	215
Total passivo circulante	<u>888</u>	<u>773</u>

15. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

15.1 Dívida líquida

A Companhia avalia a dívida líquida com o objetivo de assegurar a continuidade dos seus negócios no longo prazo, sendo capaz de gerar valor aos seus acionistas, através do pagamento de dividendos e ganho de capital. A dívida líquida é composta como segue:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Empréstimos bancários	1.207	1.158
Agências de fomento	1.204	1.173
Mercado de capitais	1.589	1.317
Empréstimos e financiamentos ⁽¹⁾	<u>4.000</u>	<u>3.648</u>
(-) Instrumentos financeiros derivativos (nota 15.3.a)	(828)	(391)
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 9)	(912)	(614)
(-) Títulos e valores mobiliários	(8)	(11)
Dívida líquida	<u>2.252</u>	<u>2.632</u>

⁽¹⁾ No balanço patrimonial a Companhia apresenta os empréstimos e financiamentos líquidos dos depósitos em garantias vinculados às dívidas. Esta apresentação melhor representa essas transações em razão da única forma de realização desses fundos exclusivos ser para amortização dessas dívidas.

15.2 Empréstimos e financiamentos

As dívidas da Companhia são compostas por recursos captados, principalmente, através de empréstimos bancários, agências de fomento e mercado de capitais (debêntures), principalmente denominadas em Real brasileiro ("R\$") e Dólar norte-americano ("US\$"). As dívidas são inicialmente registradas pelo valor justo, que normalmente reflete o valor recebido, líquido dos custos de transação (custos diretos de emissão) e dos eventuais pagamentos. Subsequentemente, as dívidas são reconhecidas pelo: (i) custo amortizado; ou (ii) valor justo por meio do resultado.

A Companhia contratou derivativos para proteger a exposição às variações dos fluxos de caixa das dívidas denominadas em moeda estrangeira da Companhia, consequentemente mitigando substancialmente o risco de exposição cambial.

a) Saldos dos contratos por moeda e modalidade de taxa de juros

	2020	2019
Dominados em R\$	1.996	1.790
Indexados à taxas flutuantes	1.962	1.742
Indexados à taxas fixas	34	48
Dominados em US\$	1.726	1.664
Indexados à taxas flutuantes	230	204
Indexados à taxas fixas	1.496	1.460
Dominados em outras moedas	289	206
Indexados às taxas fixas	289	206
	4.011	3.660
(-) Custo de transação	(11)	(12)
Total	4.000	3.648
Passivo circulante	1.331	478
Passivo não circulante	2.669	3.170

Em 31 de dezembro de 2020, o custo médio percentual das dívidas são os seguintes:

	2020	2019
Custo médio em % CDI ⁽²⁾	153,3%	114,0%
Custo médio em taxa pré	4,2%	6,7%
Saldo da dívida	4.000	3.648
Instrumentos financeiros derivativos	(828)	(391)
Dívida total líquida de derivativos	3.172	3.257

⁽²⁾ A taxa considera o saldo médio da dívida de 13 meses e o resultado da dívida acumulado e o CDI médio dos últimos 12 meses.

b) Fluxo de pagamentos futuros de dívida

Os fluxos de pagamentos futuros da dívida de principal e juros são os seguintes:

	Principal ⁽³⁾	Juros ⁽³⁾	Instrumentos derivativos	Total
2021	1.313	125	(232)	1.206
2022	1.024	96	(241)	879
2023	546	60	(64)	542
2024	705	37	(219)	523
2025	377	19	(92)	304
Entre 2026 e 2030	218	10	(87)	141
Total	4.183	347	(935)	3.595

NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

(3) O fluxo estimado de pagamentos futuros é calculado com base nas curvas de taxas de juros e taxas de câmbio em vigor em 31 de dezembro de 2020 e considerando que todas as amortizações e pagamentos no vencimento dos empréstimos e financiamentos serão efetuados nas datas contratadas. O montante inclui valores estimados de pagamentos futuros de encargos a incorrer (ainda não provisionados) e os encargos incorridos, já reconhecidos nas demonstrações financeiras.

c) Reconciliação da dívida com os fluxos de caixa e outras movimentações

	2020	2019
Saldo inicial do exercício	3.648	3.952
Efeito no fluxo caixa:		
Captações	260	389
Amortização de principal	(533)	(794)
Custo de captação	(3)	(3)
Pagamento de encargo de dívida	(146)	(191)
Efeito não caixa:		
Encargos incorridos	170	212
Variação cambial - nota 7	577	75
Transferências	-	(16)
Marcação a valor justo - nota 7	27	24
Saldo final do exercício	4.000	3.648

Em 2020, a Companhia contratou R\$ 260 através da emissão de debêntures.

d) Linhas de crédito

Tipo	Moeda	Período do contrato	Montante total	Montante utilizado
Linhas de financiamento	R\$	15/06/2022	1.250	189
Total			1.250	189

e) Condições restritivas financeiras (Covenants)

Alguns contratos de dívida da Companhia contêm cláusulas de *covenants*. Os principais *covenants* da Companhia obrigam a manter certos índices, como a dívida sobre o EBITDA (LAJIDA - Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização) e EBITDA sobre resultado financeiro. Os principais parâmetros estão listados abaixo:

Consolidado da controladora Neoenergia:

- Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, menor ou igual a 4;
- EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2.

Companhia:

- Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, menor ou igual a 4 ou 3;
- EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2.



A Companhia não identificou nenhum evento de não conformidade em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

f) Política contábil

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação.

Os juros dos instrumentos financeiros passivos são capitalizados como parte do intangível se esses custos forem diretamente relacionados a um ativo qualificado. A capitalização ocorre até que o ativo qualificado esteja pronto para seu uso pretendido. Os juros de empréstimos não capitalizados são reconhecidos no resultado do exercício que foram incorridos

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a taxa média de capitalização dos juros (encargos incorridos) é de 5,1% e 9,7%, respectivamente.

15.3 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia está exposta a uma série de riscos decorrentes de suas operações, incluindo riscos relacionados às taxas cambiais, taxas de juros e índices de preços. Como parte da estratégia de proteção a Companhia utiliza *swaps*, contratos a termo, opções e outros derivativos com o objetivo de proteção econômica e financeira. As considerações gerais da estratégia de gestão de risco estão expostas na nota 1.2.

a) Ativo (passivo) dos derivativos no balanço patrimonial

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Contratados para proteção de dívidas:		
Risco de câmbio (NDF, opções e outros derivativos)	1	-
Swap de moeda - US\$ vs R\$	732	386
Swap de moeda - outras moedas vs R\$	95	5
Exposição líquida	<u>828</u>	<u>391</u>
Ativo circulante	214	75
Ativo não circulante	616	319
Passivo circulante	(1)	(3)
Passivo não circulante	(1)	-

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos contratados para fins de proteção, designados para contabilidade de *hedge* (“*hedge accounting*”), conforme demonstrado abaixo:

	2020	2019
Derivativos designados para contabilidade de <i>hedge</i> - fluxo de caixa		
Contratados para proteção de dívidas	424	109
Derivativos designados para contabilidade de <i>hedge</i> - valor justo		
Contratados para proteção de dívidas	404	282
Total	828	391

b) Efeitos dos derivativos no resultado, fluxo de caixa e outros resultados abrangentes

	2020		2019		
	Proteção de dívidas	Total	Proteção de dívidas	Proteção de outras operações	Total
Saldo inicial	390	390	320	1	321
Ganho (perda) reconhecido no resultado	635	635	64	(1)	63
Liquidação financeira entradas (saídas)	(215)	(215)	(18)	1	(17)
Ganho (perda) reconhecido no ORA	18	18	25	(2)	23
Saldo final	828	828	391	(1)	390
Ganho (perda) reconhecido no resultado					
Resultado financeiro, líquido - nota 7	635	635	65	(1)	64

c) Política contábil e julgamentos críticos

(i) Política contábil

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos como ativos ou passivos no balanço patrimonial e mensurados a valor justo. Mudanças no valor justo dos derivativos são registradas no resultado, exceto se forem designados como *hedge accounting* e derivativos utilizados para compra/venda de participação de acionistas não controladores. As transações de derivativos que não são qualificadas como *hedge accounting* são classificadas e apresentadas como *hedge* econômico, já que a Companhia utiliza instrumentos derivativos na gestão dos seus riscos financeiros como uma forma de mitigar esses riscos.

A Companhia documenta no início da operação de *hedge accounting*, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, com o objetivo da gestão de risco e a estratégia para a realização de operações de *hedge*. A Companhia documenta sua avaliação, tanto no início quanto de forma contínua, de que os derivativos usados nas operações de *hedge* são altamente eficazes.

As variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados como *hedge* de fluxo de caixa têm seu componente eficaz reconhecido no patrimônio líquido e o componente ineficaz registrado no resultado do exercício. Os valores registrados no patrimônio líquido somente são transferidos para resultado do exercício em conta apropriada (custo, despesa operacional ou despesa financeira), quando



o item protegido for efetivamente realizado. Os custos do instrumento de *hedge* são reconhecidos dentro do patrimônio líquido.

As variações no valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para compra/venda de participação de acionistas não controladores são reconhecidas no patrimônio líquido como reservas de transações com o sócio.

(ii) Estimativas e julgamentos críticos

O valor justo de instrumentos financeiros derivativos não negociados em mercado ativo é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher os diversos métodos. Premissas são baseadas nas condições de mercado existentes na data do balanço.

As premissas de avaliação dos derivativos e análise do impacto, caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração estão apresentadas nas notas 21.2 e 21.8, respectivamente.

16. PROVISÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

16.1 Provisões para processos judiciais, passivos contingentes e depósitos judiciais

a) Provisão para processos judiciais

A Companhia é parte envolvida em ações cíveis, trabalhistas, tributárias e outras em andamento na esfera administrativa e judicial. As provisões para as perdas decorrentes dessas ações são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparadas pela opinião de consultores legais.



As provisões para processos judiciais estão apresentadas a seguir:

	Provisões cíveis	Provisões trabalhista	Provisões fiscais	Provisões regulatórias	Total
Saldo em					
31 de dezembro de 2019	59	66	43	6	174
Adições e reversões, líquidas	12	12	1	(2)	23
Pagamentos	(27)	(13)	(1)	(1)	(42)
Atualizações monetárias	17	7	11	1	36
Saldo em					
31 de dezembro de 2020	61	72	54	4	191
Circulante					30
Não circulante					161
Saldo em					
31 de dezembro de 2018	45	19	42	4	110
Adições e reversões, líquidas	24	38	1	4	67
Pagamentos	(36)	(13)	-	(1)	(50)
Atualizações monetárias	26	22	-	(1)	47
Saldo em					
31 de dezembro de 2019	59	66	43	6	174
Não circulante					174

Dentre os processos relevantes cujo risco de perda é considerado provável destacamos:

- (i) Processos cíveis: Do total de R\$ 61 (R\$ 59 em 31 de dezembro de 2019) provisionados, destacam-se ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e jurídicas, envolvendo repetição de indébito, danos materiais e/ou danos morais, envolvendo também questionamentos diversos de clientes atinentes ao fornecimento de energia, entre outros, perfazendo o valor provisionado de R\$ 42 (R\$ 43 em 31 de dezembro de 2019);
- (ii) Processos trabalhistas: Do total de R\$ 72 (R\$ 66 em 31 de dezembro de 2019) provisionados, destacam-se:
 - Ações movidas por empregados e ex-empregados contra a Companhia, envolvendo a cobrança de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários e outras, cujo valor provisionado é de R\$ 58 (R\$ 51 em 31 de dezembro de 2019); e
 - Ações movidas por ex-empregados de empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras, cujo valor estimado é de R\$ 14 (R\$ 15 em 31 de dezembro de 2019).



(iii) Processos fiscais: Do total de R\$ 54 (R\$ 43 em 31 de dezembro de 2019) provisionados, destacam-se:

- Execução fiscal decorrente de auto de infração relativo a crédito de ICMS supostamente indevido no período compreendido entre janeiro de 2004 a novembro de 2007, que se encontra pendente de decisão nos Tribunais Superiores. O montante provisionado estimado é de R\$ 15 (ação recebida em 2020); e
- Mandado de segurança visando à não incidência de PIS/COFINS sobre receitas decorrentes de Juros sobre o Capital Próprio que, após decisões desfavoráveis, transitou em julgado em 2019. O montante provisionado estimado é de R\$ 38 (R\$ 39 em 31 de dezembro de 2019).

b) Passivos contingentes

Os passivos contingentes correspondem a processos judiciais não provisionados, uma vez que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, baseado nos pareceres jurídicos. Os passivos contingentes são apresentados a seguir:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Processos cíveis (i)	436	225
Processos trabalhistas (ii)	80	53
Processos fiscais (iii)	939	833
Total	<u>1.455</u>	<u>1.111</u>

Dentre os processos relevantes cujo risco de perda é considerado possível destacamos:

(i) Processos cíveis: Além dos processos de natureza comercial e indenizatória, conforme explicados a seguir:

- Ações sobre o pagamento de desapropriação de imóveis e servidões que são decorrentes de divergências entre o valor de avaliação e o valor pleiteado pelo proprietário do imóvel, que perfazem o total estimado de R\$ 25 (R\$ 9 em 31 de dezembro de 2019); e
- Ação proposta pelo Ministério Público Federal em 2017 questionando a cobrança de seguro residencial pela Companhia e oferecido aos seus consumidores juntamente com a fatura de energia elétrica. Em 2020 o juízo de 1ª instância entendeu pela ilegitimidade da ANEEL e da União para integrar a lide e declarou, a incompetência absoluta da Justiça Federal para julgar o feito. Desse modo, determinou a remessa dos autos para a Justiça Estadual para processamento da ação. A Companhia interpôs embargos declaratórios de tal decisão visando obter também a declaração da ilegitimidade ativa do MPF para o ajuizamento da ação (único autor da demanda), o que ensejaria a extinção do feito. O montante estimado da demanda é de R\$ 177 (R\$ 116 em 31 de dezembro de 2019).



- (ii) Processos trabalhistas: Do total de R\$ 80 (R\$ 53 em 31 de dezembro de 2019) provisionados, destacam-se:
- Ações movidas por empregados e ex-empregados contra a Companhia, envolvendo a cobrança de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários e outras, cujo valor estimado é de R\$ 62 (R\$ 36 em 31 de dezembro de 2019); e
 - Ações movidas por ex-empregados de empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras, cujo valor estimado é de R\$ 17 (R\$ 16 em 31 de dezembro de 2019).
- (iii) Processos fiscais: Referem-se às ações tributárias e impugnações de cobranças, intimações e autos de infração fiscal referentes a diversos tributos, tais como ICMS, ISS, CPMF, IPTU, PIS/COFINS, entre outros, cujos destaques passamos a tratar a seguir:
- Autos de infração relativos a crédito de ICMS cuja escrituração no "Controle de Crédito do ICMS do Ativo Permanente" (CIAP) se deu supostamente em desacordo com regras previstas na legislação tributária, estimados em R\$ 342 (R\$ 285 em 31 de dezembro de 2019);
 - Autos de infração relativos a crédito de ICMS sobre bens destinados ao ativo imobilizado da Companhia e sobre combustíveis utilizados na frota operacional, estimados em R\$ 278 (R\$ 255 em 31 de dezembro de 2019);
 - Autos de infração relativos a contribuições sociais (INSS) sobre valores pagos a título de PLR, previdência privada, assistência médica, Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT bem como valores pagos a título de cessão de mão-de-obra, estimados em R\$ 92 (R\$ 93 em 31 de dezembro de 2019); e
 - Autos de infração relativos a estornos de débitos de ICMS (Convênio 30) relativos a refaturamento de contas de energia elétrica, estimados em R\$ 129 (R\$ 102 em 31 de dezembro de 2019).

As provisões para processos e os passivos contingentes foram atualizados monetariamente: (i) pela variação do INPC, acrescidos de juros de 1% a.m., para as ações cíveis; (ii) pela variação da Taxa Referencial (TR), acrescido de juros de 1% a.m., para as ações trabalhistas; e (iii) pela variação da taxa SELIC, para as ações fiscais.

c) Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas e estão correlacionados a processos provisionados e não provisionados.

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Processos cíveis	12	14
Processos trabalhistas	34	34
Processos fiscais	41	42
Total	<u>87</u>	<u>90</u>



d) Política contábil e julgamentos críticos

(i) Política contábil

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos. Passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. Já os ativos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável.

(ii) Estimativas e julgamentos críticos

Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. A ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros.

17. OUTROS PASSIVOS

	2020	2019
Caução em garantia ⁽¹⁾	19	-
Devoluções a consumidores	21	15
Contribuição para custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	22	22
Plano de saúde	-	6
Bônus estratégico	7	5
Fundo educacional	6	7
Outras provisões	45	9
Outros	12	5
Total	132	69
Circulante	120	63
Não circulante	12	6

(1) Garantia constituída em espécie para assegurar o cumprimento dos contratos, tanto no que diz respeito a suas cláusulas operacionais, como na obrigatoriedade do pagamento dos encargos dos empregados das empresas fornecedoras de serviços.



18. SALÁRIOS, BENEFÍCIOS A EMPREGADOS E ENCARGOS A PAGAR

Como parte de sua estratégia de remuneração a Companhia concede a seus colaboradores benefícios de curto e benefícios de longo prazo, além dos salários, férias e outros benefícios legais, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios.

Os benefícios de curto prazo compreendem: (i) programa de participação nos resultados; (ii) planos de assistência médica e odontológica; e (iii) outros benefícios usuais de mercado.

Os benefícios de longo prazo compreendem: (i) plano de previdência complementar (“Plano de pensão - Benefício Definido”);

Demonstramos a seguir os valores reconhecidos no balanço patrimonial:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Salários, férias, 13º salário e encargos a pagar	88	76
Benefícios de curto prazo	3	-
Benefícios de longo prazo	165	-
Total	<u>256</u>	<u>76</u>
Passivo circulante	91	76
Passivo não circulante	165	-

18.1 Benefícios de longo prazo - pós-emprego

A Companhia contribui, como patrocinadora, para planos de aposentadoria que fornecem aos seus colaboradores benefícios em eventos de aposentadoria, morte e invalidez. A Companhia possui planos no formato de benefício definido e contribuição definida. O plano de benefício definido está aberto para novas adesões.

O plano possui uma submassa estruturada na modalidade de contribuição definida, na qual a Companhia não incorre no risco de desequilíbrio atuarial, dado que o valor é permanentemente ajustado de acordo com os recursos mantidos em favor do participante (modelo de poupança individual).

A gestão do plano de benefício é realizada por gestores externos à Administração da Companhia (“Curadores”). Os Curadores dos planos são responsáveis pela governança e possuem a obrigação legal de agir exclusivamente no melhor interesse dos beneficiários do plano. Os Curadores têm as seguintes funções: (i) administração dos planos e pagamento aos beneficiários dos ativos do plano, quando exigido de acordo com as regras do plano; (ii) gestão e investimento dos ativos do plano; e (iii) conformidade com outros regulamentos, quando aplicável. Os Curadores dos planos da Companhia são entidades fechadas de previdência complementar ou seguridade social, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira.

Abaixo segue a relação dos Curadores e outras informações dos planos:

	2020			
	Quantidade de beneficiários ativos	Quantidade de beneficiários assistidos	Situação	Condição financeira
Planos de benefício definido				
Fundação CESP - PSAP/Elektro	3.069	2.179	Aberto	Deficitário
Total	3.069	2.179		

a) Movimentação dos ativos e passivos dos planos

	Benefício definido			
	Obrigações atuariais	Valor justo dos ativos	Efeito do teto	Ativos (passivos) líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(1.341)	1.480	(139)	-
Custo do serviço	(7)	-	-	(7)
Efeitos dos juros	(123)	136	(13)	-
Contribuições pagas pelos participantes	(4)	4	-	-
Contribuições pagas pelo patrocinador	-	3	-	3
Benefícios pagos pelo plano	80	(80)	-	-
Efeito de mudança nas premissas atuariais e limite do teto	(238)	-	143	(95)
Retorno sobre os ativos dos planos (excluindo receitas de juros)	-	99	-	99
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(1.633)	1.642	(9)	-
Custo do serviço	14	-	-	14
Efeitos dos juros	(124)	125	(1)	-
Contribuições pagas pelos participantes	(5)	5	-	-
Contribuições pagas pelo patrocinador	-	3	-	3
Benefícios pagos pelo plano	86	(86)	-	-
Efeito de mudança nas premissas atuariais e limite do teto (i)	(279)	-	10	(269)
Retorno sobre os ativos dos planos (excluindo receitas de juros)	-	84	-	84
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(1.941)	1.773	-	(168)
Planos deficitários	(1.941)	1.773	-	(168)

(i) Em 2020, a Companhia apurou uma perda atuarial pelo ajuste de experiência no valor de R\$ 317, ocasionada substancialmente pelo reajuste de 22% nos benefícios dos participantes assistidos que utiliza como base a variação do IGP-DI.



b) Valores reconhecidos no resultado do exercício

	Benefício definido	
	2020	2019
Custo do serviço	(6)	(4)
Efeitos de reduções/liquidações/modificações	23	-
Despesa com juros de passivos	(125)	(123)
Receita com juros de ativos	125	123
Total	17	(4)
Alocação dos custos do serviço:		
Resultado do exercício	17	(4)

c) Valores reconhecidos nos outros resultados abrangentes

	Benefício definido	
	2020	2019
Saldo inicial	-	-
Efeito de mudança nas premissas atuariais	(279)	(238)
Retorno sobre ativos do plano (exclui receita de juros)	84	99
Mudança de teto de ativo	10	139
Efeito bruto	(185)	-
Tributos sobre o lucro	63	-
Efeito líquido em outros resultados abrangentes	(122)	-
Saldo final	(122)	-

d) Valores reconhecidos no balanço patrimonial

	Benefício definido	
	2020	2019
Valor presente das obrigações atuariais	(1.941)	(1.633)
Valor justo dos ativos	1.773	1.642
Efeito do limite do ativo (teto)	-	(9)
Total ativo (passivo) líquido	(168)	-
Passivo circulante	(3)	-
Passivo não circulante	(165)	-



e) Outras informações dos planos de benefício definido

(i) Ativos dos planos por categoria

	2020			2019		
	Preços cotados em mercado ativo	Preços não cotados em mercado ativo	Valor justo total	Preços cotados em mercado ativo	Preços não cotados em mercado ativo	Valor justo total
Caixa e equivalentes de caixa	-	1	1	-	1	1
Investimento direto:						
Investimentos imobiliários	-	53	53	-	49	49
Outros	-	57	57	-	53	53
Investimento através de fundos:						
Fundo de investimento - Ações/Quotas	318	-	318	295	-	295
Fundo de investimento - Multimercado	1.299	-	1.299	1.203	-	1.203
Fundos de investimento - Imobiliário	45	-	45	41	-	41
Total	1.662	111	1.773	1.539	103	1.642

(ii) Expectativa de pagamentos futuros

As expectativas de pagamentos de benefícios que refletem serviços futuros pelo plano são as seguintes:

	Benefício definido
	2020
2021	106
2022	107
2023	107
2024	107
2025	107
Entre 2026 e 2030	527
Total	1.061

Para fins de capitalização do plano, a Companhia espera desembolsar R\$ 3 no exercício de 2021.



(iii) Análise de sensibilidade e hipóteses atuariais/econômicas

Para a análise de sensibilidade, a Companhia considera o efeito de alteração na taxa nominal de desconto no valor presente da obrigação atuarial da Companhia, conforme apresentado abaixo:

	Benefício definido	
	2020	2019
Taxa nominal de desconto - Redução de 0,5%		
Valor presente da obrigação atuarial	2.075	1.754
Impacto % no valor presente da obrigação atuarial	6,90%	7,40%
Impacto no <i>duration</i> da obrigação atuarial	17,36	15,21
Taxa nominal de desconto - Aumento de 0,5%		
Valor presente da obrigação atuarial	1.821	1.526
Impacto % no valor presente da obrigação atuarial	-6,18%	-6,59%
Impacto no <i>duration</i> da obrigação atuarial	15,88	13,87

As hipóteses atuariais e econômicas adotadas foram formuladas considerando-se o longo prazo previsto para sua maturação, devendo, por isso, serem analisadas sob essa ótica. No curto prazo elas podem não ser necessariamente realizadas. Nas avaliações foram adotadas as seguintes hipóteses econômicas:

	Benefício definido	
	2020	2019
Taxa média nominal de desconto	7,25%	7,81%
Taxa média nominal de crescimento do custo salarial	5,94%	6,65%
Taxa real de inflação dos custos médicos	N/A	N/A
Taxa média de inflação estimada no longo prazo	3,25%	4,00%
<i>Duration</i> (em anos)	16,60	14,53
Tábua de mortalidade	AT - 2000 masculina, suavizada em 10%	AT - 2000 masculina, suavizada em 10%
Tábua de entrada em invalidez	Light Fraca suavizada em 30%	Light Fraca suavizada em 30%
Tábua de mortalidade de inválidos	AT - 49 Masculina	AT - 49 Masculina

(iv) Principais riscos relacionados aos planos de benefícios definidos

Risco geral - O retorno dos ativos do fundo não sendo suficiente para cobrir o aumento no passivo e nos pagamentos de benefícios ao longo dos anos, a Companhia será requerida a financiar o déficit com contribuições extraordinárias, a menos que o fundo tenha patrimônio suficiente.

Mudanças na taxa de juros - A taxa de juros que é usada para calcular a obrigação de benefício definido (de acordo com o IFRS) depende do valor dos rendimentos dos títulos governamentais (ou títulos corporativos da Companhia) na data de relatório. Uma diminuição nos rendimentos aumenta a obrigação de benefício que é, em parte, mitigada pelo ajuste a mercado que aumenta o valor das participações de renda fixa.



Investimentos e volatilidade - O conselho de curadores aceita anualmente um Plano de Investimento, que se baseia em uma análise externa dos ativos e passivos do plano ('ALM'). Os ativos estão alocados em ações e fundos de investimentos, instrumentos de renda fixa e imóveis. Os investimentos são diversificados em diferentes classes de ativos e para diferentes gestores de ativos tendo em conta a política de alocação de investimentos dos planos e os limites autorizados pela autoridade brasileira de supervisão de fundos de previdência complementar ('PREVIC').

Hipóteses atuariais e econômicas - Os cálculos atuariais envolvem projeções futuras acerca de alguns parâmetros, tais como: salários, taxa de juros, inflação, mortalidade e invalidez. O resultado real diferente dessas premissas levará à um aumento/redução no valor presente das obrigações do plano.

f) Política contábil e julgamentos críticos

(i) Política contábil

Os planos de benefícios de longo prazo – pós-emprego (previdência) são financiados por meio de contribuições de participantes e patrocinadora aos fundos de pensão, conforme determinado por cálculos atuariais periódicos. A Companhia possui planos de benefício definido e de contribuição definida.

Nos planos de benefício definido, os custos do plano são avaliados usando o método de crédito unitário projetado. Os custos de prover os benefícios são reconhecidos na demonstração do resultado para distribuir o custo do serviço ao longo da vida útil dos colaboradores. Os juros líquidos são apresentados na demonstração do resultado, na linha de despesas financeiras.

A obrigação de benefício definido é calculada anualmente na data do balanço e é medida como o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados usando taxas de juros pela referência de mercado dos títulos do governo brasileiro que possuem prazos de vencimento próximos aos prazos dos desembolsos do plano.

Os ativos dos planos de pensão são avaliados a valor de mercado. O passivo reconhecido no balanço patrimonial é a obrigação de benefício definido na data de fechamento menos o valor justo dos ativos do plano. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso em dinheiro ou uma redução nos pagamentos futuros de contribuição esteja disponível. Quando os benefícios de um plano são alterados ou quando um plano é reduzido, a alteração resultante no benefício que se relaciona com o serviço passado ou o ganho ou perda relacionado com um corte é imediatamente reconhecida nos resultados. Os ganhos ou perdas nas liquidações de planos de benefícios definidos são reconhecidos quando a liquidação ocorre. Os impactos gerados por mudanças nas premissas atuárias são reconhecidas no patrimônio líquido, dentro de "Outros resultados abrangentes". Estes efeitos serão reclassificados para o lucro acumulado ou reservas de lucros, quando da extinção ou liquidação do benefício do plano que lhe deram origem.

As contribuições para planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado do período a que as contribuições se referem.

(ii) Estimativas e julgamentos críticos

O valor presente das obrigações de pensão é baseado em cálculos atuariais que usam várias premissas. Quaisquer mudanças nessas premissas impactarão o valor das obrigações de pensão. Essas premissas



são utilizadas para determinar o valor justo de ativos e passivos, custos e despesas e os valores futuros de saídas de caixa estimadas, que são registrados nas obrigações com os planos de pensão.

A Companhia, em conjunto com os atuários externos e internos, revisa no final de cada exercício, as premissas que serão utilizadas para o exercício seguinte.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

19.1 Capital social

O capital social está representado por ações ordinárias (“ON”) e preferenciais (“PN”), todas sem valor nominal. O Conselho de Administração estabelecerá as condições de emissão de ações da Companhia, inclusive preço e prazo de integralização, até o limite do capital autorizado.

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é de R\$ 952.

A composição do capital social realizado por classe de ações (sem valor nominal) e principais acionistas em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é a seguinte (por unidade de ações):

	<u>Ordinárias</u>	<u>R\$</u>	<u>Preferenciais</u>	<u>R\$</u>	<u>Total</u>	<u>R\$</u>
Neoenergia S.A.	91.855.825	451	101.279.596	498	193.135.421	949
Acionistas minoritários	25.147	-	598.697	3	623.844	3
Total	91.880.972	451	101.878.293	501	193.759.265	952

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. As ações preferenciais, não possuem direito de voto, ficando assegurada prioridade na distribuição de dividendos, no caso de existir lucro a distribuir, que serão no mínimo 10% (dez por cento) superiores aos atribuídos às ações ordinárias, conforme artigo 5º do Estatuto Social da Companhia.

19.2 Lucro por ação e remuneração aos acionistas

a) Lucro por ação

Os valores do lucro básico e diluído por ação são os seguintes:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Lucro básico e diluído por ação		
Lucro disponível aos acionistas ordinários	267	223
Lucro disponível aos acionistas preferenciais	325	272
Total	592	495
Em unidades de ações		
Média ponderada de número de ações em circulação - ações ordinárias	91.880.972	91.880.972
Média ponderada de número de ações em circulação - ações preferenciais	101.878.293	101.878.293
Total	193.759.265	193.759.265
Lucro básico e diluído por ação		
Ação ordinária (R\$)	2,90	2,43
Ação preferencial (R\$)	3,19	2,67



b) Remuneração aos acionistas

O Estatuto Social da Companhia determina a remuneração mínima de 25% do lucro líquido, após os ajustes de acordo com as prescrições legais do Brasil. A remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos e/ou Juros sobre o Capital Próprio ('JCP'), baseado nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia.

A proposta de remuneração aos acionistas foi calculada da seguinte forma:

	2020
Remuneração a distribuir	592
Remuneração	
Mínima obrigatória	148
Remuneração adicional	444
	592
Natureza da remuneração	
Dividendos	462
JCP	130
	592
Remuneração total por ação	3,06

A Administração propôs ao Conselho de Administração referente ao exercício de 2020 o montante de R\$ 592, dos quais R\$ 425 ainda dependem de aprovação pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária. Desta forma, em 31 de dezembro de 2020, este montante está represado dentro do patrimônio líquido da Companhia, como dividendos adicionais propostos.

Os valores pagos aos acionistas, por natureza de remuneração, estão apresentados como segue:

Deliberação	Natureza de remuneração	Valor deliberado	Valor por ação	
			ON	PN
2020				
RCA de 22 de dezembro de 2020	Juros sobre Capital Próprio 2020	130	0,635537	0,699091
		130		
2019				
RCA de 28 de junho de 2019	Juros sobre Capital Próprio - 1S2019	76	0,372646	0,409910
RCA de 18 de dezembro de 2019	Juros sobre Capital Próprio 2019	67	0,328776	0,361654
		143		



A remuneração a pagar aos acionistas está apresentada como segue:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Saldo em 01 de janeiro	57	116
Declarada no exercício	167	143
Imposto de renda retido na fonte	(19)	(22)
Pagos no exercício	(57)	(180)
Saldo em 31 de dezembro	<u>148</u>	<u>57</u>

19.3 Outros resultados abrangentes

A Companhia reconhece em outros resultados abrangentes os ganhos (perdas), líquidos dos tributos, de: (i) obrigações atuárias de benefícios a empregados; e (ii) valor justo de instrumentos financeiros utilizados em uma estratégia de *hedge accounting* de fluxo de caixa.

19.4 Reserva de capital

(i) Reserva especial de ágio

Reserva no montante de R\$ 690 gerada em função da reestruturação societária da Companhia, que resultou no reconhecimento do benefício fiscal diretamente no patrimônio líquido, quando o ágio foi transferido para a Companhia através da incorporação.

Em 31 de dezembro de 2020, a parcela relativa à reserva especial de ágio já realizada é de R\$ 364 (R\$ 322 em 31 de dezembro de 2019) e a disponível para capitalização é de R\$ 325 (R\$ 368 em 31 de dezembro de 2019).

(ii) Reserva de incentivo fiscal

Reserva no montante de R\$ 2 em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

(iii) Outras reservas de capital

Reserva no montante de R\$ 74 em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

19.5 Reserva de lucros

(i) Reserva legal

Constitui uma exigência legal para retenção de 5% do lucro líquido anual apurado até o limite de 20% do capital social. A reserva só pode ser utilizada para absorver prejuízos ou para aumento de capital. O saldo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é de R\$ 171.



(ii) Reserva de retenção de lucro

Tem a finalidade de assegurar a manutenção e o desenvolvimento para as atividades principais que compõem o objeto social da Companhia, em montante não superior a 50% do lucro líquido anual distribuível até o limite máximo do capital social ou proposta de orçamento de capital da Companhia. O saldo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é R\$ 771.

19.6 Política contábil

O capital social representa valores recebidos dos acionistas e também aqueles gerados pela Companhia que foram formalmente incorporados através de reservas de capital e reservas de lucros. O capital social está representado por ações ordinárias e preferenciais. As ações ordinárias e preferenciais são classificadas como instrumentos de patrimônio por não exporem a Companhia à obrigação de entregar caixa ou outros instrumentos financeiros e deixarem os detentores desses instrumentos (acionistas) expostos às variabilidades dos resultados e fluxos de caixa gerados pela Companhia. Os gastos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações são apresentados como dedução do patrimônio líquido, como transações de capital, líquido de efeitos tributários.

A remuneração aos acionistas é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras da Companhia, com base no estatuto social. Qualquer valor acima da remuneração mínima obrigatória aprovada no estatuto social, somente será reconhecido no passivo circulante na data em que for aprovado pelos acionistas.

20. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da Companhia são acionistas e suas empresas ligadas e o pessoal-chave da Administração da Companhia.

As principais transações comerciais com os acionistas e empresas ligadas reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar e respectivas receitas e/ou custos/despesas estão relacionadas aos: (i) contratos de compra e venda de energia elétrica, contratos de uso do sistema de distribuição de energia ou no sistema de transmissão; (ii) contratos de uso do sistema de distribuição de energia ou no sistema de transmissão; e (iii) contratos de serviços administrativos.

As transações com os fundos de pensão responsáveis pela gestão dos benefícios de curto e longo prazo concedidos aos nossos empregados estão classificadas como “Acionistas e outros” nesta nota explicativa.

O Despacho ANEEL de 29 de julho de 2020 aprovou à celebração de contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura para as empresas do Grupo NEOENERGIA, com vigência a partir de 07 de agosto de 2020.

A Companhia aderiu somente ao compartilhamento de recursos humanos, reconhecendo no resultado uma redução no custo de R\$ 12.

As informações sobre transações com partes relacionadas e os efeitos nas demonstrações financeiras são apresentados abaixo:

NOTAS EXPLICATIVAS SELECIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

20.1 Saldos em aberto com partes relacionadas

	2020				2019			
	Subsidiárias da Neoenergia	Controladora	Acionistas e outros	Total	Subsidiárias da Neoenergia	Controladora	Acionistas e outros	Total
Ativo								
Outros ativos (c)/(d)	6	-	-	6	-	2	-	2
	<u>6</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>6</u>	<u>-</u>	<u>2</u>	<u>-</u>	<u>2</u>
Passivo								
Fornecedores e contas a pagar (a)	2	-	22	24	2	-	33	35
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar (e)	-	147	1	148	-	57	-	57
Outros passivos (c)/(d)/(f)	5	20	-	25	-	-	-	-
	<u>7</u>	<u>167</u>	<u>23</u>	<u>197</u>	<u>2</u>	<u>57</u>	<u>33</u>	<u>92</u>

20.2 Transações com partes relacionadas

	2020				2019			
	Subsidiárias da Neoenergia	Controladora	Acionistas e outros	Total	Subsidiárias da Neoenergia	Controladora	Acionistas e outros	Total
Resultado do exercício								
Receita operacional, líquida (a)	1	-	-	1	15	-	-	15
Custos dos serviços (a)	(16)	-	(190)	(206)	(14)	-	(185)	(199)
Despesas gerais e administrativas (b)/(d)/(f)	12	-	(4)	8	-	-	-	-
Resultado financeiro líquido (c)	-	(22)	-	(22)	-	(24)	-	(24)
	<u>(3)</u>	<u>(22)</u>	<u>(194)</u>	<u>(219)</u>	<u>1</u>	<u>(24)</u>	<u>(185)</u>	<u>(208)</u>

20.3 Principais transações com partes relacionadas

As principais transações com partes relacionadas nos itens 20.1 e 20.2 referem-se a:

- Contratos de fornecimento de energia elétrica, Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST) e Contratação no Ambiente Regulado (CCEAR), firmados entre as Companhias do Grupo, e prestação de serviço, com instalação de placa solar pela NEOSERV;
- Contribuições ao fundo previdenciário dos funcionários ativos;
- Contrato celebrado para prestação de garantia corporativa, onde a Neoenergia é avalista de instrumentos financeiros com cobrança de Fee por Aval com vencimento até 2020, corrigidos anualmente pela variação do IGPM;
- Contrato de compartilhamento de pessoal entre empresas do grupo;
- Dividendos e juros sobre capital próprio a serem pagos aos acionistas; e
- Contratos de locação de imóveis, corrigidos anualmente pela variação do IGPM com vencimentos até 2020.



20.4 Remuneração da Administração (Pessoal-chave)

As remunerações de empregados, incluindo os ocupantes de funções executivas e membros do conselho de Administração da Companhia reconhecidos no resultado do exercício, estão apresentadas como segue:

	2020	2019
Salários e benefícios recorrentes	5	5
Outros benefícios de curto prazo	1	-
Benefícios de longo prazo	1	5
Rescisões contratuais	-	1
Total	7	11

21. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

21.1 Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com o seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

	2020			2019		
	CA	VJORA	VJR	CA	VJORA	VJR
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	364	-	548	205	-	409
Títulos e valores mobiliários	-	-	8	-	-	11
Contas a receber de clientes e outros	1.966	-	-	1.840	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	426	404	-	112	282
Ativo financeiro setorial (Parcela A e outros)	-	-	-	36	-	-
Concessão do serviço público (Ativo financeiro)	-	-	2.773	-	-	2.250
Total	2.330	426	3.733	2.081	112	2.952
Passivos financeiros						
Fornecedores	888	-	-	773	-	-
Empréstimos e financiamentos	3.192	-	808	2.696	-	952
Passivo financeiro setorial (Parcela A e outros)	212	-	-	47	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	2	-	-	3	-
Passivo de arrendamento	25	-	-	25	-	-
Total	4.317	2	808	3.541	3	952

CA - Custo Amortizado

VJORA - Valor Justo por meio dos Outros Resultados Abrangentes

VJR - Valor Justo por meio do Resultado



21.2 Estimativa do valor justo

Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 - Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e

Nível 3 - Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido.

A análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada na nota 21.8 (análise de sensibilidade).

21.3 Instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo (“VJR” ou “VJORA”)

O nível de mensuração dos ativos e passivos financeiros reconhecidos pelo valor justo, estão demonstrados como segue:

	2020			2019		
	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	548	-	548	409	-	409
Títulos e valores mobiliários	8	-	8	11	-	11
Instrumentos financeiros derivativos	830	-	830	394	-	394
Concessão do serviço público (Ativo financeiro)	-	2.773	2.773	-	2.250	2.250
Total	1.386	2.773	4.159	814	2.250	3.064
Passivos financeiros						
Empréstimos e financiamentos	808	-	808	952	-	952
Instrumentos financeiros derivativos	2	-	2	3	-	3
Total	810	-	810	955	-	955

Não houve transferência de instrumentos financeiros entre os níveis de mensuração de valor justo.

Os ganhos e perdas reconhecidos no resultado referente ao exercício de 2020 e 2019, relacionados aos ativos e passivos financeiros mensurados através de técnicas de nível 3, foram nos montantes de R\$ 2.773 e R\$ 2.250, respectivamente. As demais movimentações para esses ativos e passivos se encontram divulgados na nota 12.



21.4 Instrumentos financeiros não reconhecidos pelo valor justo (“CA”)

Os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado que em virtude do ciclo de longo prazo para realização, podem possuir o valor justo diferente do saldo contábil. Abaixo demonstramos o valor justo dos ativos e passivos financeiros reconhecidos a custo amortizado.

	2020		2019	
	Saldo contábil	Estimativa de justo Nível 2	Saldo contábil	Estimativa de justo Nível 2
Empréstimos e financiamentos	3.192	3.199	2.696	2.724

Em dezembro de 2020, para fins de comparabilidade com o saldo contábil mensurado ao custo amortizado, as debêntures passaram a ser mensuradas com base na abordagem de mercado, sendo a referência do último preço de negociação ou PU cotação, ambos disponíveis na B3 ou Anbima, respectivamente. As debêntures não negociadas em mercado secundário, assim como os demais empréstimos bilaterais, são mensuradas mediante o uso de técnica de avaliação de fluxo de caixa descontado a partir da utilização de curvas livres de riscos provenientes de fonte de mercado (B3) e do *spread* de risco de crédito da Companhia, divulgado pelas agências classificadoras de *rating*. O *spread* de crédito da Companhia é ajustado a *duration* e a moeda de cada instrumento de dívida.

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e ativos e passivos financeiros setoriais são iguais aos montantes mensurados ao custo amortizado (saldo contábil).

21.5 Política contábil

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros que são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados, de acordo com as seguintes categorias:

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue:

- Custo Amortizado (“CA”): ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;
- Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (“VJORA”): ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda; e
- Valor Justo por meio do Resultado (“VJR”): todos os demais ativos financeiros. Esta categoria



geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos.

Os instrumentos mensurados pelo CA e VJR estão suscetíveis ao reconhecimento das perdas de créditos esperadas. De modo geral, as perdas de créditos esperadas dos instrumentos financeiros oriundos das operações da Companhia (ex: contas a receber) são mensurados pelo método simplificado, a partir de uma matriz de provisão que pondera as características dos instrumentos, idade do título, históricos de perdas e expectativa de perdas futuras.

(ii) Passivo financeiro

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação.

21.6 Métodos e técnicas de avaliação

(i) Concessões do serviço público

Para mensuração do valor justo, a Companhia utiliza abordagem de custo de reposição baseado nas tabelas de preço da ANEEL, estipuladas para ativos inerentes à operações passíveis de indenização pelo Poder Concedente. Os fatores relevantes para mensuração do valor justo não são observáveis e não existe mercado ativo. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3.

(ii) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos alocados no nível 2 são baseados na abordagem de resultado e o valor justo, tanto da dívida indexada por taxa fixa quanto por taxa flutuante, é determinado a partir do fluxo de caixa descontado utilizando os valores futuros da taxa CDI e da curva dos títulos da Companhia.

(iii) Instrumentos financeiros derivativos

A estimativa de valor justo dos instrumentos derivativos é calculada por meio da utilização do desconto dos fluxos de caixa futuros das curvas do cupom cambial para a ponta ativa e do DI futuro para a ponta passiva, divulgadas pela B3.

21.7 Informações complementares sobre os instrumentos derivativos

Em 31 de dezembro de 2020 não havia valor de margem depositado referente à posições com derivativos.

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra o risco de alteração nas taxas de câmbio e de juros. Os principais instrumentos utilizados são *swaps* e *Non-Deliverable Forwards* (NDF) e opções.



Todas as operações de derivativos dos programas de *hedge* estão detalhadas em quadro a seguir, que inclui informações sobre tipo de instrumento, valor de referência (nominal), vencimento, valor justo incluindo risco de crédito e valores pagos/recebidos ou provisionados no exercício.

Com o objetivo de determinar a relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*, a Companhia adota metodologia de teste de efetividade prospectivo através dos termos críticos do objeto e dos derivativos contratados com o intuito de concluir se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* possam ser compensados mutuamente.

Programa de *hedge* dos empréstimos e financiamentos em Dólar

Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia contrata operações de *swap* para converter para R\$ as dívidas e empréstimos denominados em US\$. Nestes *swaps*, a Companhia assume posição passiva em R\$ atrelado ao CDI e posição ativa em US\$ atrelado às taxas fixas ou flutuantes (*LIBOR*).

Os programas abaixo são classificados de acordo com os critérios contábeis de *hedge* mensurados a valor justo por meio do resultado:

<u>Swap US\$ pós vs R\$ pós</u>	Valor de referência		<u>Vencimento (Ano)</u>	Valor justo		Efeito acumulado
	2020	2019		2020	2019	Valor a receber/recebido ou a pagar/pago
Ativo	US\$ 44	US\$ 51	2027	230	204	
Passivo	R\$ 141	R\$ 164		(136)	(156)	
Líquido				94	48	46

<u>Swap US\$ pré vs R\$ pós</u>	Valor de referência		<u>Vencimento (Ano)</u>	Valor justo		Efeito acumulado
	2020	2019		2020	2019	Valor a receber/recebido ou a pagar/pago
Ativo	US\$ 105	US\$ 184	2020 a 2027	579	748	
Passivo	R\$ 272	R\$ 520		(269)	(516)	
Líquido				310	232	78



Os programas abaixo são classificados de acordo com os critérios contábeis de *hedge* mensurados a fluxo de caixa, portanto mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

<u>Swap US\$ pré vs R\$ pós</u>	<u>Valor de referência</u>		<u>Vencimento (Ano)</u>	<u>Valor justo</u>		<u>Efeito acumulado</u>
	<u>2020</u>	<u>2019</u>		<u>2020</u>	<u>2019</u>	<u>Valor a receber/recebido ou a pagar/pago</u>
Ativo	US\$ 177	US\$ 177	2021 a 2022	942	728	
Passivo	R\$ 612	R\$ 618		(614)	(624)	
Líquido				328	104	224

Programa de *hedge* dos empréstimos e financiamentos em Euro

Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia contrata operações de *swap* para converter para R\$ as dívidas e empréstimos denominados em EUR. Nestes *swaps*, a Companhia assume posição passiva em R\$ atrelado ao CDI e posição ativa em EUR atrelado às taxas fixas ou flutuantes (Euribor).

O programa a seguir é designado para contabilidade de *hedge* e classificado como *hedge* de fluxo de caixa, portanto mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

<u>Swap EUR \$ pré vs R\$ pós</u>	<u>Valor de referência</u>		<u>Vencimento (Ano)</u>	<u>Valor justo</u>		<u>Efeito acumulado</u>
	<u>2020</u>	<u>2019</u>		<u>2020</u>	<u>2019</u>	<u>Valor a receber/recebido ou a pagar/pago</u>
Ativo	€ 45	€ 51	2024	298	210	
Passivo	R\$ 201	R\$ 201		(203)	(205)	
Líquido				95	5	90

Programa de *hedge* para desembolsos em Dólar

Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, a Companhia pode contratar operações via NDF (*Non-Deliverable Forwards*) para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos denominados ou indexados ao Dólar.



Este programa é designado para contabilidade de *hedge* e classificado como *hedge* de fluxo de caixa, portanto mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

<u>NDF</u>	<u>Valor de referência</u>		<u>Vencimento (Ano)</u>	<u>Valor justo</u>		<u>Efeito acumulado</u>
	<u>2020</u>	<u>2019</u>		<u>2020</u>	<u>2019</u>	<u>Valor a receber/recebido ou a pagar/pago</u>
						<u>2020</u>
Desembolso USD						
Termo	US\$ 9	US\$ 1	2020 a 2024	1	-	
Líquido				1	-	1

Programa de *hedge* para desembolsos em Euro

Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, a Companhia pode contratar operações via NDF (*Non-Deliverable Forwards*) para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos denominados ou indexados ao Euro.

O programa em 31 de dezembro de 2020, R\$ 0,2 (R\$ 0,5 em 31 de dezembro de 2019) é designado para contabilidade de *hedge* e classificado como *hedge* de fluxo de caixa, portanto mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

21.8 Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade estima o valor potencial dos instrumentos financeiros em cenários hipotéticos de *stress* dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

- Cenário Provável: Foram projetados os encargos e rendimentos para o exercício seguinte, considerando os saldos, as taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado em 31 de dezembro de 2020.

- Cenário II: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 25% nas variáveis de risco associadas.

- Cenário III: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 50% nas variáveis de risco associadas.

Para fins de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos a Companhia entende que há necessidade de considerar os passivos objetos de proteção, com exposição à flutuação das taxas de câmbio ou índice de preços e que se encontram registrados no balanço patrimonial.



Como 100% das dívidas em moeda estrangeira estão protegidas por *swaps*, o risco de variação da taxa de câmbio é irrelevante, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Exposição (Saldo/ Nocional)	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Dívida em Dólar	Dólar (US\$)	Alta do Dólar Queda do Dólar	5,1967	(1.726)	(432)	(863)
Swap Ponta Ativa em Dólar				1.751	438	875
Exposição Líquida				25	6	12
Dívida em Euro	Euro (€)	Alta do Euro Queda do Euro	6,3779	(289)	(72)	(145)
Swap Ponta Ativa em Euro				298	74	149
Exposição Líquida				9	2	4
Item protegido: parte de desembolsos em USD	Dólar (US\$)	Alta do Dólar Queda do Dólar	5,1967	(48)	12	23
NDF				48	(12)	(23)
Exposição				-	-	-
Item protegido: parte de desembolsos em EUR	Euro (€)	Alta do Euro Queda do Euro	6,3779	(1)	-	1
NDF				1	-	(1)
Exposição				-	-	-

Em relação às NDFs, a exposição observada refere-se aos impactos relacionados ao instrumento financeiro derivativo e o respectivo item protegido.



A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido à variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no exercício	Exposição (Saldo/ Nocial)	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
ATIVOS FINANCEIROS							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	1,90%	889	17	(4)	(8)
PASSIVOS FINANCEIROS							
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures							
Dívidas em CDI	CDI	Alta do CDI	1,90%	(1.264)	(31)	(8)	(15)
Swap Ponta Passiva em CDI	CDI	Alta do CDI	1,90%	(1.221)	(24)	(6)	(12)
Dívida em IPCA	IPCA	Alta do IPCA	4,31%	(516)	(52)	(6)	(12)
Dívida em LIBOR 6M	LIBOR	Alta da LIBOR 6M	0,26%	(230)	(3)	-	-
Swaps LIBOR 6M x CDI (Ponta Ativa)	LIBOR	Queda da LIBOR 6M	0,26%	230	3	-	-
Dívida em SELIC	SELIC	Alta da SELIC	1,90%	(67)	(3)	-	(1)
Dívida em TJLP	TJLP	Alta da TJLP	4,39%	(115)	(8)	(1)	(3)

22. COMPROMISSOS

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo são como segue:

	Compra de Energia (a)	Construção de Infraestrutura
2022	3.341	703
2023	3.660	776
2024	3.960	883
2025	3.850	950
2026	3.938	1.052
Entre 2027 e 2036	17.087	5.011

(a) Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência varia de 1 a 30 anos, representam o volume total contratado e foram homologados pela ANEEL, que atendem os compromissos impostos pela legislação.

A Companhia efetuou uma análise dos compromissos de energia contratados que eventualmente excedem o limite de 5% de sobrecontratação, os quais eventualmente podem não ser considerados para repasse na tarifa por serem considerados voluntários. De acordo com as projeções de demanda e estimativa de preços de mercado, os resultados observados não foram considerados significativos para suas operações.



MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Armando Martínez Martínez
Fulvio da Silva Marcondes Machado
Solange Maria Pinto Ribeiro
Leonardo Pimenta Gadelha
Rogério Aschermann Martins
Vicente Donizeti dos Santos

Titulares

Robson Machado da Silva

Suplente

CONSELHO FISCAL

Francesco Gaudio

Presidente

Eduardo Valdés Sanchez
João Guilherme Lamenza
Rafael Zanon Guerra de Araújo
Ricardo Magalhães Gomes

Titulares

José Antonio Lamenza
Glaucia Janice Nitsche
Antonio Carlos Lopes
Helena Kerr do Amaral
João Antônio de Oliveira Junior

Suplentes

DIRETORIA

Antonio Sergio Casanova

Diretor Presidente

Leonardo Pimenta Gadelha

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Bruno Cavalcanti Coelho

Diretor de Gestão de Pessoas

Eduardo Capelastegui Saiz

Diretor de Controle Patrimonial e Planejamento

José Eduardo Pinheiro Santos Tanure

Diretor de Regulação

CONTADORA

Carla Suely Pedreira do Nascimento Reis

CRC: BA-017210/O-1

CPF: 614.811.305-87

Luciana Maximino Maia

Superintendente de Contabilidade
